

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**A Mentalidade Revolucionária do
Ambientalismo e Tribalismo Racial no Brasil**

Trabalho de Graduação Individual em Geografia II

Professor Orientador Doutor Ricardo Augusto Felício

Éder Diego da Silva Lima

Guarulhos – 2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**A Mentalidade Revolucionária do
Ambientalismo e Tribalismo Racial no Brasil**

Trabalho de Graduação Individual em Geografia II

Professor Orientador Doutor Ricardo Augusto Felício

Éder Diego da Silva Lima

Guarulhos – 2016

Agradecimentos

Agradeço em primazia a Deus que em sua eterna misericórdia nos dá força ante os dissabores e injustiças e me permitiu chegar até aqui.

Ademais, meus agradecimentos se fazem àqueles que me mostraram, através de exemplo, a busca pela verdade e pela honestidade. Se há hierarquia em importância em nossa vida certamente suas figuras repousam no topo, minha senhora mãe – Cleide Eduvirges – *in memoriam* – e meu irmão – Érick Henrique – *in memoriam* –, que Deus os tenha.

Não poderia deixar de agradecer ao meu amicíssimo e mestre Elie Polite, o qual, apesar das discordâncias, sempre se mostrou aberto em relação a pensamentos diferentes. Um exemplo de vida acadêmica.

Ao meu amigo Bruno Martins que sempre atendeu em minhas dificuldades de aprendizado, tanto em horários e prazos quanto em pequenos gestos que são sempre grandes.

Especialmente à senhora Lima, minha amável esposa Leiliane Araújo, sem a qual tudo que aqui segue seria impossível, sua compreensão diante de minhas dificuldades e seu esmero em trato e apoio a minha vida de estudioso.

Ao professor Olavo de Carvalho que, mesmo sem saber, ajuda milhares de almas a saírem do universo da ignorância, pois seus ensinamentos de honestidade intelectual, de busca por virtude e desprezo pelo fingimento que há na universidade brasileira faz com que percebamos o quão pequenos são os intelectuais de nossa época, com honrosas e raríssimas exceções.

E, como não poderia deixar de ser, ao professor e orientador, Ricardo Augusto Felício, que é um farol em desertos de ignorância. Homem que prima pela honestidade intelectual e desteme cara feia. Professor que não foge de polêmicas dentro da discussão científica, tampouco teme os atuais donos da discussão que se dá pelo suposto monopólio da virtude.

Resumo

Esta sucinta pesquisa avalia a natureza dos discursos ambientalista e indigenista na sociedade brasileira, portanto, procurou-se entender em que medidas tais discursos se enquadram no pensamento revolucionário e contribuem para a elaboração de um Governo Mundial.

Em boa medida trata-se de uma análise polêmica sobre assuntos considerados tabus na sociedade brasileira em que repousa – através de discurso científico questionável – os ditames da Nova Ordem Mundial sob verniz do politicamente correto.

O trabalho procura avaliar em que medida as famigeradas reservas ambientais, indígenas e quilombolas contribuem à diminuição da soberania territorial brasileira resultando em dificuldades ao desenvolvimento interno do Brasil quanto à construção de obras de infra-estrutura e ocupação do solo.

Não se nomeou ONG a ONG que atua em solo brasileiro, mas se procurou delimitar sob a que perspectivas visam suas ações e a quem servem politicamente.

Palavras chave: Mentalidade Revolucionária, Ambientalismo, Indigenismo, Governo Mundial, Reservas Ambientais.

Summary

This brief survey assesses the nature of the environmental discourse and indigenous Brazilian society, so we tried to understand what measures such speeches fall in revolutionary thought and contribute to the development of a World Government.

To a large extent this is a controversial analysis on issues considered "tabus" in Brazilian society that rests – through questionable scientific discourse - the dictates of the New World Order under the politically correct varnish.

The work seeks to assess to what extent the notorious reserves environmental, indigenous and "quilombos" contribute to the reduction of sovereignty Brazilian territorial resulting in difficulties for the internal development of Brazil as the construction of infrastructure and land use.

Not appointed ONG to ONG that works on Brazilian soil, but He sought to define under what prospects are aimed at their actions and they serve politically.

Keywords: Mentality Revolutionary, Environmentalism, Indigenism, World Government, Environmental Reserves.

“A tradição da esquerda é julgar o sucesso humano pelo fracasso de alguns. Isso sempre lhe fornece uma vítima a ser resgatada. No século XIX, eram os proletários. Nos anos 60, a juventude. Depois, as mulheres e animais. Agora, o planeta”. Roger Scruton

“Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque tu estás comigo; a tua vara e o teu cajado me consolam”. Salmos, 23:4

ÍNDICE

1. Introdução, 8
2. Objetivos, 9
3. Material e Métodos, 11
4. A Mentalidade Revolucionária e Sustentável, 12
 - 4.1. Relação do Homem com a Natureza, 16
 - 4.2. Malthusianismo Verde: uma Agenda contra a Vida, 19
 - 4.3. Aspectos da Nova Ordem Mundial e da Revolução Cultural, 25
 - 4.4. Globalismo, 27
 - 4.5. Ambientalismo, uma Plêiade de ONGs e Neocolonialismo Verde, 28
 - 4.6. Objetivos das ONGs, Além de “Salvar” o Planeta, 31
 - 4.7. Brasil no Mundo. Porque Interessamos aos Globalistas?, 33
 - 4.8. Particularidades do Brasil. Do Porquê a Cobiça Internacional, 37
 - 4.9. Sonhos Verdes, Bandeiras Vermelhas, 39
 - 4.10. Indigenismo e Invenção de Povos, 43
 - 4.11. Quilombolas e Brasil Lesado Nacional e Territorialmente, 48
5. Reservas em Áreas: Um Escândalo de Proporções Continentais, 51
6. Considerações Finais, 56
7. Bibliografia, 61

1. Introdução

O presente trabalho tem objetivo de discutir o ambientalismo e o indigenismo enquanto discursos da Mentalidade Revolucionária e o quanto tais discursos afetam a vida do brasileiro. Seja através da mídia chique, da academia e do ensino formal escolar, tais discursos recaem na retórica alarmista de que o Homem está destruindo o planeta Terra. Ademais, o indigenismo – que pretende fazer do homem civilizado um primata – é instrumento para que organizações não governamentais estrangeiras tenham acesso às reservas minerais no solo brasileiro.

Outro aspecto aqui discutido é o da divisão territorial do Brasil que se traduz em três grandes áreas que não interessam ao Brasil enquanto nação soberana. São as chamadas Reservas Ambientais, Reservas Indígenas e as Reservas Quilombolas. Isso porque tais reservas atendem, no mais das vezes, a interesses escusos e alheios à sociedade civil brasileira.

Atualmente permeia o dia a dia do brasileiro, através da mídia e da educação básica, de educação técnica e superior, grande discussão sobre a relação do Homem com a Natureza. Em tal discussão atribui-se ao homem de origens européias – às vezes desonestamente, noutras ilusoriamente, a depender do emissor de tais assertivas – que este seria o responsável pela destruição da Natureza e do planeta Terra.

Há uma plêiade de assuntos que perfazem a discussão ambiental, no Brasil uma específica que é ambientalismo radical, a outra é o indigenismo, primitivista até, o qual numa de suas facetas pretende forçar o Homem ao atraso de agrupamentos tribais. A tentativa de dividir o Brasil etnicamente não se encerra sob o mito do bom selvagem da ideologia indigenista, mas também se consolida nas ações que incitam o ódio racial por meio de comunidades quilombolas.

Tais discussões encontram enorme respaldo em organizações não governamentais (ONGs). Seus ideários acabam por influenciar a percepção da sociedade brasileira no que se refere a sua tomada de decisões políticas e econômicas, educacionais, comportamentais, imaginativas etc. Ou seja, o discurso ambiental tem enorme repercussão na vida dos brasileiros, inclusive em seu dia a dia nas atividades mais corriqueiras e comezinhas.

Portanto, discutir-se-á como isso é refletido em nosso meio acadêmico, educação e mídia, e sua abordagem requer distanciamento de qualquer natureza ideológica, a qual oblitera a visão correta de mundo e certamente cega os envolvidos em qualquer discussão de maneira alienante.

2. Objetivos

Analisar, através da perspectiva do filósofo Olavo de Carvalho, o quanto os discursos ambientalista e indigenista, bem como do movimento negro, fazem parte de uma estrutura de pensamento, de visão de mundo e da vontade de transformar a história humana por meio de sua Mentalidade Revolucionária.

Tais discursos resultam em movimentos políticos que agem através de ONGs nacionais e estrangeiras, pela mídia chique e até pelos materiais de ensino no Brasil a fim de angariar massa militante a suas causas.

Objetiva-se evidenciar que tanto ambientalismo, quanto indigenismo, bem como mais recentemente o discurso racial – em nome de Reservas Quilombolas – estão inseridos na Mentalidade Revolucionária daqueles que pretendem dividir o Brasil territorialmente e, conseqüentemente, etnicamente.

Pretende-se discutir o papel das ONGs no território nacional e seus objetivos de afetar, dificultar e destruir a economia do Brasil. Pois através de suas ações conquistam enormes áreas do território nacional por meio de Reservas Ambientais, Reservas Indígenas ou Reservas Quilombolas, e por vezes – por meio de trupes de protestos – dificultam ou impedem a construção de obras de infra-estrutura em solo nacional, inclusive com enorme visibilidade da mídia estrangeira.

Pretende-se caracterizar os impactos econômicos, culturais e de idéias ocasionados na mentalidade do brasileiro por conta dos discursos mencionados acima (no meio acadêmico, na educação básica e na mídia) e relacionar o ambientalismo e o indigenismo à questão da soberania nacional brasileira afetada por tais discursos.

E mais, levantar-se-á dados a propósito de áreas engessadas sob a desculpa de reservas. Em virtude da amplitude do tema, faz-se necessário abordá-lo em linhas gerais, sem que com isso, entretanto, se despreze a necessidade de aprofundamento quanto aos assuntos dos temas aqui, doravante, levantados.

Em suma, pretende-se investigar os reais objetivos da gigantesca operação de ONGs em nosso país e em que isto afeta o Brasil em termos econômicos em virtude de tamanha propaganda alienante sob a roupagem ambientalista. O uso de tribos indígenas como instrumento a engessar hordas imensas do território brasileiro sob a desculpa de proteção aos nativos também será levado em conta. Outrossim, tamanha celeuma repousa no fato destes discursos resultarem em mudanças de mentalidade da sociedade brasileira, a qual cada vez mais se deixa influenciar por discursos que na prática afetam diretamente imensas áreas do Brasil resultando nas chamadas Reservas Ambientais e Indígenas (BARRETO,2009). A relevância do tema a ser pesquisado é, também, a necessidade que urge na academia de discutir mais

seriamente as questões ambientais e indígenas e sua relação com organismos estrangeiros, indefectíveis ONGs - que, como se poderá ver, propagam interesses alheios ao da nação brasileira - e que tanto diz respeito a nosso país em diversos aspectos, os quais refletem-se em assuntos políticos, econômicos, de soberania nacional e de mentalidades.

3. Materiais e Métodos

O presente trabalho valeu-se de extensa pesquisa bibliográfica sugerida pelo professor e orientador na disciplina Mudanças Climáticas, ministrada no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Humanas, na Universidade de São Paulo.

Além disso, de pesquisa bibliográfica geral que polemiza, desmistifica e questiona os tabus da modernidade que são o ambientalismo radical, o indigenismo, as discussões tribais e étnicas, em suma, os valores da Nova Era, que encontram eco em grupos de pressão, em ONGs e se respaldam na Mentalidade Revolucionária que baliza tais debates no Brasil e em certa medida no Ocidente.

Ademais, a pesquisa destes temas se deu através de aulas disponíveis no YouTube. Aulas estas oferecidas no Seminário **on-Line** de Filosofia do professor Olavo de Carvalho.

Assistiu-se a entrevistas no YouTube e a reportagens jornalísticas sobre os temas aqui tratados, fez-se, sobretudo, leitura jornalística de assuntos correlatos ao tema, além de leituras de sites oficiais do Governo brasileiro.

À medida que se mergulha nas leituras bibliográficas percebe-se quão vasto é o assunto, suas entranhas e conseqüências na realidade econômica, política e comportamental humana, especialmente a brasileira.

E mais, a vastidão do tema é deveras abrangente que poderíamos dizê-lo ser uma cultura, isto pois, os discursos ambientais e indígenas são aclamados sob o manto de “verdades indiscutíveis”. No entanto, estudiosos do assunto, referendados neste trabalho, designam-no como religião (KLAUS, 2010), mito (MOLION, 2012), farsa (LINO, 2005), psicose (ORLEANZ E BRAGANÇA, 2012), fraude (LINO, 2009) e assim por diante; o que nos permite abordá-los em parte de suas vertentes. Além disso, a análise a respeito de ONGs, nacionais e estrangeiras, e o modo como atuam em território brasileiro servindo a interesses próprios e em boa medida contrários aos da sociedade exige maiores esclarecimentos.

4. A Mentalidade Revolucionária e Sustentável

O verdadeiro estudo sobre a relação do Homem com a Natureza encontra-se raro na atualidade, pois o que se vê são ideários, discursos políticos e propagandas partidárias, dificilmente há verdadeiro compromisso em compreender em que medida o Homem altera o meio geográfico e, conseqüentemente, o meio ambiente e que eventuais impactos tal alteração tem ou terá na vida humana ao longo prazo. Aliás, é da relação Homem e Natureza que resulta o espaço geográfico.

Vê-se um emaranhado de discursos políticos cheios de ideologia, faz-se imperioso, todavia, distanciar-se do discurso enviesado ideologicamente que tão mal faz à nação brasileira. Doravante, como anunciado acima, as perspectivas a serem abordadas – aos assuntos desta redação – serão alicerçados sob a estrutura da Mentalidade Revolucionária discutida pelo professor e filósofo Olavo de Carvalho em seus livros, artigos e cursos.

Para o filósofo a Mentalidade Revolucionária inverte a ordem natural do tempo, pois imerso em seu discurso de construção de um futuro melhor age-se sem o mínimo de escrúpulos pelo fato de se estar construindo um “mundo melhor” e com isso exime-se de responder pelas atrocidades que se comete hoje, pois sua moralidade repousa num suposto futuro de glórias e com isso sobrepõe-se a qualquer voz discordante, afinal só o futuro poderá julgar suas ações (CARVALHO, 2013). Olavo assevera que:

“Mentalidade revolucionária’ é o estado de espírito, permanente ou transitório, no qual um indivíduo ou grupo se crê habilitado a remodelar o conjunto da sociedade – senão a natureza humana em geral – por meio da ação política; e acredita que, como agente ou portador de um futuro melhor, está acima de todo julgamento pela humanidade presente ou passada só tendo satisfações a prestar ao “tribunal da história.” (CARVALHO, 2013, p. 168).

Como se pode notar, a perspectiva ambientalista no que tange ao salvamento do planeta às futuras gerações sem se preocupar com a hodierna sociedade e seus problemas mezinhos se enquadra perfeitamente nos discursos a serem aqui analisados, pois acreditam construir uma sociedade melhor que só o futuro ou o “tribunal da história” será capaz de julgar, sobretudo porque em nome deste futuro, hipoteticamente melhor, não enxergam as injustiças que vão cometendo hoje. Nem se dão conta de que a vida é hoje.

Tal verve é, em boa medida, a essência do discurso ambientalista, dos supostos defensores de tribos indígenas e de ideários da fragmentação racial no Brasil. Pois crêem construir um mundo melhor, de igualdades e justiça, entretanto, cegos em sua ideologia, cometem monstruosidades no dia de hoje.

Em outras palavras, quando ONGs dificultam a construção de hidrovias (LINO, 2008) ou usinas hidroelétricas (CARRASCO, 2001) sem o menor embasamento científico, mas ao sabor de meras ideologias, afetam a vida de milhares e até milhões de pessoas que teriam menor encargo ou custeio em produtos essenciais a sua alimentação. O aumento significativo das contas de energia, no biênio 2015-2016, ilustra o quanto a ausência de infra-estrutura, de um Estado que se deixa cooptar por ideólogos, prejudica a sociedade brasileira.

Logo não é exagero afirmar, pois na ânsia de um futuro melhor muitos ambientalistas de plantão não enxergam o quanto prejudicam populações mais simples, outros sequer imaginam sua posição de massa de manobra nas mãos de globalistas e sob o respaldo da Organização das Nações Unidas (BERNADIN, 2015).

Frases célebres, colhidas em blogs da internet, de arautos de um futuro melhor verde evidenciam a natureza da mentalidade revolucionária de tais emissores.

“O desenvolvimento sustentável tem alto custo e vai beneficiar futuras gerações, que ainda não votam, nem pagam impostos. Daí vem a grande dificuldade em sensibilizar os governos para a questão” GroBrundtland. (Reportagem Revista Galileu. Em: <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2014/09/gro-brundtland-madrinha-da-sustentabilidade-participa-do-fronteiras-do-pensamento.html>). Acessado em 29 de março de 2016).

É notório que Brundtland, então Primeira Ministra da Noruega à época do documento Nosso Futuro Comum – o famigerado Relatório de Brundtland --, pensa no futuro e para tanto pretende modificar toda ação humana no dia de hoje, pois a idéia de Desenvolvimento Sustentável surge com este documento. Só o título de tal documento, que é de 1987, evidencia a perspectiva da Mentalidade Revolucionária aí presente.

O documento Nosso Futuro Comum servirá de base à discussão internacional quanto às propostas de construção de um futuro cheio de glórias, mas alicerçado na Mentalidade Revolucionária. Ou seja, ecologicamente correto.

Aliás, a história recente se fez de grandiosos eventos internacionais que denotam a abrangência da discussão ambiental e o quanto há esforço de proporção internacional a fim de discutir o ambientalismo, o tribalismo indígena e racial, ainda que em detrimento de problemas atuais que assolam a vida de milhões de pessoas, a exemplo de saneamento básico, coleta de lixo ou ruas asfaltadas no Brasil. Quiçá bilhões no mundo.

No Brasil, segundo dados de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 70% dos municípios não têm política de saneamento básico e 48,7% não fiscalizam a qualidade da água. É espantoso, portanto, que tais dados são reiteradamente tratados na grande mídia e é tema fundamental do currículo escolar fundamental e médio. Parece, porém, que ninguém percebe

as contradições em discutir problemas ambientais – sobretudo no Brasil – de envergadura internacional e não resolver problemas elementares da vida urbana brasileira.

Reitere-se os dados do IBEG segundo a reportagem de Hanrikson, no site da UOL:

“Dados inéditos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que 71,8% dos municípios não possuíam, em 2011, uma política municipal de saneamento básico. A estatística corresponde a 3.995 cidades que não respeitam a Lei Nacional de Saneamento Básico, aprovada em 2007.

A maioria (60,5%) não tinha acompanhamento algum quanto às licenças de esgotamento sanitário, além da drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e do abastecimento de água. Em quase metade das cidades do país (47,8%), não há órgão de fiscalização da qualidade da água.” (ANDRADE, Hanrikson de. *Censo 2010. Reportagem UOL*. Em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/11/13/estudo-do-ibge-mostra-que-mais-de-70-dos-municipios-nao-tem-politica-de-saneamento-basico.htm>>. Acessado em: 29/03 de 2016).

Entretanto, o Brasil sediou dois eventos da agenda ambientalista. Tais eventos foram o Rio 92 – também conhecido como Eco-92 – e o Rio + 20. Ambos ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, em 1992 e 2012 respectivamente.

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, reuniram-se mais de 100 chefes de Estado para discutir o futuro. Na tentativa de prever o que ocorreria com o clima do planeta Terra partiam de pressupostos questionáveis, como o “Aquecimento Global”, e propuseram o controverso “Desenvolvimento Sustentável” previsto pelo documento Nosso Futuro Comum. Tal evento ficou conhecido como Cúpula da Terra e nele se originara o documento Agenda 21 que traz os critérios de como deverá ser o desenvolvimento dos povos ao redor do mundo. Desde então, curiosamente, o Brasil ainda não resolveu problemas reais como o saneamento básico.

É a partir do primeiro evento no Rio de Janeiro, na década de 1990, que as idéias de sustentabilidade se fizeram impor aos países através do documento cuja autoria é atribuída à Primeira Ministra Brundtland, neste documento há o famigerado conceito de “Desenvolvimento Sustentável” que inspirará eventos globais – além do Rio 92, os eventos no Japão que resultou no Protocolo de Kyoto em 1997 e o próprio Rio + 20, em 2012 – com dirigentes do mundo pensando o futuro da humanidade. É evidente que tais eventos sedimentam o neocolonialismo verde (LINO, 2005). E mais, tal conceito é base elementar de livros didáticos de geografia e biologia no Brasil.

Lê-seno documento a famosa assertiva sobre a descrição do “Desenvolvimento Sustentável”: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem

às suas necessidades”, evidencia-nos claramente a preocupação da construção de um futuro melhor.

“Trabalhar com sustentabilidade é plantar um presente que garanta a subsistência das novas gerações num planeta que pede socorro e se aquece a cada dia. Pois melhor que plantar árvores, despoluir rios, proteger animais, é semear a consciência de que a garantia da vida é respeitar as fronteiras da natureza.” (LAGE, Nildo. *Sustentabilidade*. EM: <<http://www.rioave.com.br/sustentabilidade>>. Acessado em 29/03/2016)

É gritante o quanto Nildo Lage despreza a enorme celeuma quanto ao “Aquecimento Global”. Além disso, endossa a idéia do futuro melhor, hipotético, que pretende construir.

“Hoje, todos nós sabemos que somos finitos como raça. E, além de não saber como lidar com a imprevisibilidade dos fenômenos climáticos, temos pouco tempo para aprender como fazê-lo. Marina Silva” (BETO, Zé. *O Que Marina Disse*. Em: <<http://www.zebeto.com.br/o-que-marina-disse/#.VvrvA26LVIQ>>. Acessado em 29/03/2016)

Marina Silva se entrega. Não deve ser capaz de perceber a contradição enorme de suas palavras, pois “além de não saber lidar com a imprevisibilidade dos fenômenos climáticos” pretende ainda “aprender como fazê-lo” e sabe que “temos pouco tempo”. Isto é, se não agirmos agora não conseguiremos construir o paraíso verde do futuro, ainda que não saibamos precisamente o que ocorre hoje na relação Homem e Natureza, nem termos a menor noção do que ocorrerá com o clima do planeta Terra a longo prazo.

A quantidade de frases do gênero encheria bibliotecas inteiras. Cala fundo na alma de revolucionários o desejo de transformar o mundo em sua imagem e semelhança na tentativa de construir um suposto futuro de glórias que jamais chegará, exceto aos guias políticos de tais propósitos. Aliás, o filósofo inglês Roger Scruton, apesar de ambientalista, acertou em cheio ao asseverar:

“A tradição da Esquerda é julgar o sucesso humano pelo fracasso de alguns. Isso sempre lhe oferece uma vítima a ser resgatada. No século XIX eram os proletários. Nos anos 60, a juventude. Depois as mulheres e os animais. Agora o planeta.” Roger Scruton¹

A Mentalidade Revolucionária, através de seus portadores e agentes da Nova Era, tais quais ambientalistas, indigenistas, globalistas, esquerdistas etc., crê-se autoridade do futuro hipotético (CARVALHO, 2013). Isto é perceptível em todo globo terrestre, no que poderíamos chamar de Governo Mundial tão propagado e financiado por grupos globalistas (ESTULIN, 2005; CARRASCO, 2001; LINO, 2005).

¹ <http://rodrigoconstantino.com/artigos/a-agenda-dos-melancias/>. Acesso em março de 2016.

A estrutura da Mentalidade Revolucionária pretende remodelar integralmente a sociedade, a cultura, a espécie humana. Para tanto usam os discursos que calam na alma de jovens incautos através da educação mundial, que visa inserir na sociedade o espírito de contestação e rebeldia, com respaldo da Organização das Nações Unidas (CARVALHO, 2013; BERNADIN, 2013).

Em tais discursos é patente o ambientalismo, jamais negado por seus ideólogos. Aliás, Michael Gorbachev, um dos mais influentes e importantes líderes do mundo em idos dos anos 1990, além de ajudar na criação da Carta da Terra, junto com Leonardo Boff, assegura que este documento é o 'novo decálogo para a Nova Era' cujo fim, evidentemente, é remodelar a sociedade em toda sua estrutura.

“O manifesto de uma nova ética para o novo mundo: o Decálogo da Nova Era. É a base de um novo código universal de conduta, que deve reger o mundo a partir de 2000. Esses novos conceitos devem ser aplicados a todo sistema de idéias, moral e ética e proporcionar uma nova forma de vida. O mecanismo que usaremos será a substituição dos Dez Mandamentos pelos princípios contidos na presente Carta ou Constituição da Terra.” (ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p.8).

4.1. A Relação do Homem com a Natureza

“27 - Deus, portanto, criou os seres humanos à sua imagem, à imagem de Deus os criou: macho e fêmea os criou. 28 –Deus os abençoou e lhes ordeunou: “Sede férteis e multiplicai-vos! Povoai e sujeitai toda a terra; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todo animal que rasteja sobre a terra” 29 - E acrescentou Deus: “Eis que vos dou todas as plantas que nascem por toda a terra e produzem sementes, e todas as árvores que dão frutos com sementes: esse será o vosso alimento!” Gênesis, Capítulo 1, Versículos 27º ao 29.

É na Natureza, mais precisamente no território, onde o Homem obtém os elementos vitais à sua vida, à sua sobrevivência, como água e alimentação. A ocupação humana na superfície do planeta lhe impõe a vastidão de um espaço geográfico com lugares inóspitos e desconhecidos. É através da técnica (SANTOS, 1996) que o Homem se apropria do espaço onde vive ao longo do tempo histórico, e da mudança de mentalidades em relação à Natureza (CARRASCO, 2001; THOMAS, 2012) e de diferentes formas de pensar a organização do espaço sob, os olhares da ciência geográfica, que o Homem domina a Natureza (MORAES, 1997).

Em que pese o ambientalismo mais radical e tacanho não é possível história humana, sociedade humana, cultura humana, este trabalho aqui escrito, sem a relação do Homem com a Natureza. Pois, segundo Milton Santos “a história do Homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o Homem e seu entorno” e tal ruptura se dá à medida que o Homem conhece novas técnicas de dominação da Natureza (SANTOS, 1996).

Pois a técnica humana, no decorrer da história, possibilita que o Homem domine a Natureza e dela extraia, além de água e agricultura, toda matéria-prima fundamental aos objetos e utensílios mais diversos, desde aqueles para caça e pesca até computadores ultramodernos. Quer seja, não é possível vida humana sem a interação do Homem com a Natureza e a conseqüente dominação daquele sobre esta (SANTOS, 1996; THOMAS, 2010).

A relação entre Homem e Natureza se dá de modo desigual. Depende dos meios tecnológicos, da época histórica, de força bélica de que dispõe etc., o Homem para defender o território delimitado em clãs, tribos, Estado-Nação ou países, depende ainda de grupos humanos e do modo como o eventual grupo se comporta em relação à Natureza e, conseqüentemente, ao território.

Delinea-se em tal relação uma constante modificação em virtude do desenvolvimento tecnológico de que dispõe o Homem desde sempre (SANTOS, 1996). E mais, a visão humana sobre a Natureza se modificou significativamente nos últimos três séculos, sobretudo a partir da Revolução Industrial e intensa Urbanização em virtude de êxodo rural. À medida que o Homem foi viver nas cidades sua mentalidade se voltou à Natureza e isso é evidente quando analisamos os princípios literários do Arcadismo e do Romantismo que valorizam a vida no campo e divulgam o mito do bom selvagem, respectivamente (CARVALHO, 2010; THOMAS, 2010; NASR, 1968).

Como bem assevera Keith Thomas, em seu livro *O Homem e o Espaço Natural*:

“O predomínio do homem sobre o mundo animal e vegetal foi e é, afinal de contas, uma pré-condição básica da história humana (THOMAS, 2010, p. 20)”.

Tal perspectiva tem sido objeto de críticas imensas pela Mentalidade Revolucionária nos últimos anos, sobretudo na sociedade ocidental – mais precisamente nos países urbanos e industrializados, quer seja: nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Nestes países a Urbanização alterou profundamente a relação que o Homem mantinha com a natureza, sobretudo a partir da secularização pós século XIX e modo de vida urbano e materialista (CARVALHO, 2010).

Ademais, a crítica ao Homem sobre sua relação com a Natureza ganha fôlego enorme por causa do materialismo, oriundo em boa parte da vida nas cidades após o século XVIII, e da conseqüente falta de transcendência e religiosidade (NASR, 1968). Além disso, se não há Deus, não há hierarquia nas

relações 'Homem, Natureza e Deus', logo tudo está no mesmo plano e o fundamento cristão do *Capax Dei-Imago Dei* acaba por dar lugar ao biocentrismo (CARRASCO, 2001).

Isso porque, repousa na tradição religiosa judaico-cristã a perspectiva do *Capax Dei-Imago Dei*. Segundo a qual o Homem tem direito de dominar a Natureza pelo fato de ser a única criatura feita à imagem de Deus (Imago Dei) e que possui a capacidade criadora e transformadora da Natureza (Capax Dei). Logo, o ambientalismo radical quando exige – insanamente – desmatamento zero, por exemplo, nega tal tradição de modo a equiparar o Homem aos animais sob uma perspectiva biocentrista que se deu a partir do século XVIII (CARRASCO, 2001; LINO, 2005). No lugar do Homem (antropocentrismo) no centro das relações humanas, a Natureza (biocentrismo) em notória inversão de valores.

Conforme o biocentrismo, corrente de pensamento que se propaga na sociedade pós-industrial, o Homem não tem direito sobre a Natureza, isto porque, estão no mesmo nível uma minhoca, um leopardo, o homem e amebas (LINO, 2005).

Na relação do Homem e seu predomínio ante a Natureza, saliente-se a perspectiva da civilização ocidental, Keith Thomas nos alerta à polêmica, pois:

“A forma como ele racionalizou e questionou tal predomínio constitui um tema vasto e inquietante, que nos últimos anos recebeu bastante atenção por parte dos filósofos, teólogos, geógrafos e críticos literários (THOMAS, 2010, p. 20).”

Só mais recentemente poderíamos falar em ambientalistas, ecologistas e todo rol de supostos defensores da Natureza. Não significa, todavia, que não haja verdadeiros compromissos e honestidade em muitos que defendem a Natureza, o meio ambiente e criticam o mero valor de uso atribuído às mais diversas riquezas naturais do planeta. Entretanto a bandeira naturalista, ambientalista, em suma, assuntos correlatos à ecologia foram seqüestrados por grupelhos, ONGs, e fundações globalistas que se auto-intitulam portadores da virtude e únicos defensores do meio ambiente (SCRUTON, 2014).

A relação do Homem com a Natureza tem enorme eco, ao menos deveria, à ciência da História e aos homens desta disciplina, isso porque pensar as mentalidades humanas de sua relação com a Natureza é algo extremamente válido e necessário. Infelizmente, porém, especialmente nas universidades de humanidades brasileiras há maior preocupação em bandeiras da Nova Era – drogas, aborto, sodomia, casamento gay – que outra coisa. Ainda Keith Thomas:

“O assunto tem igualmente muito a oferecer aos historiadores, pois é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas (THOMAS, 2010, p. 20).”

A relação do Homem com a Natureza, sobretudo do homem ocidental, deve ser pensada sob sua perspectiva religiosa e espiritual que tal Homem mantém com a Natureza e em que medida isso se alterou na modernidade pós-industrial, pois a maior parte dos movimentos ambientais e indigenistas tem crítica rasa, pobre e esvaziada de reflexões mais profundas.

Outrossim, grande parte da crítica ambiental recai nos discursos e “teses” alarmistas de que há “Aquecimento Global antropogênico” e que ocorrerá de fato o “buraco na Camada de Ozônio”. Endossam a tese de que o planeta está superlotado e sua população deve diminuir (ORLEANS E BRAGANÇA, 2012) sem considerar que muitos cientistas questionaram e questionam tais “teses”.

Fritjof Capra, por exemplo, como porta voz da Nova Era e crítico ambientalista, inclusive com o teólogo brasileiro – proibido de falar em nome da Igreja pelo então Cardeal Ratzinger – Leonardo Boff escreveram em seu livro “O Tao da Libertação” enorme crítica para com a relação do Homem com a Natureza que visaria meramente o lucro e dão enorme respaldo àqueles que aderem às bandeiras da Nova Era (BOFF, CAPRA, 2010). Entretanto o filósofo Olavo de Carvalho pontua:

“É verdade o que diz o Sr. Capra, que a civilização ocidental optou por dominar a natureza. Mas é verdade também que, desde o Renascimento ao menos, ela apagou (exatamente como o Sr. Capra) toda referência a uma ordem transcendente (Tien) e deixou o homem sozinho. Face a face com a natureza material. Desde então a história das idéias ocidentais tem sido marcada por uma oscilação pendular entre as ideologias da dominação e as ideologias da submissão: classicismo e romantismo, revolução e reação, cientificismo e misticismo, ativismo prometêico e evasãoismo quietista, marxismo e existencialismo e, *lastnotleast*, revolução cultural socialista *versus* ideologia da Nova Era.” (CARVALHO, 2014, p. 37).

Quer seja, prospera de tempos em tempos, a mentalidade de que a sociedade humana destruirá o planeta Terra dando fim aos seus recursos naturais como a água, agricultura, minérios, petróleo etc. que acabam por resultar nos últimos anos em movimentos que levam adiante as bandeiras do ambientalismo que requereriam ações no plano global.

4.2. *Malthusianismo Verde: Uma Agenda Contra a Vida*

A fim de minimizar os chamados impactos ambientais humanos sobre o planeta Terra, desenha-se no horizonte a eugenia pura e simples (CARRASCO, 2001).

O que daí resulta, portanto, é uma visão muito estreita, limitada da realidade, pois o discurso alarmista de que a crescente relação do Homem com a Natureza – em virtude de dois fatores que são o crescimento populacional e o

crescente recurso tecnológico – resultaria na destruição do planeta Terra tornando a vida humana impossível. Remonta ao economista e reverendo anglicano Thomas Malthus as idéias alarmistas sobre a incapacidade do planeta de suportar populações grandes, entretanto, no século XX a população mundial saíra de 1 bilhão para 6 bilhões de pessoas com significativos ganhos humanos travestidos em melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano (CARRASCO, 2001).

Em que pese as “teses” de Thomas Malthus, que sugerira que a humanidade não conseguiria crescer populacionalmente, o que se viu foi a humanidade dobrar algumas vezes no último século e com muito melhores condições de vida do que quando nele entrou em 1901.

José Diniz Alves, em artigo no site EcoDebate pontua acertadamente, pois:

“O ser humano conquistou muitas vitórias nos últimos 250 anos, em especial, depois da reconfiguração mundial ocorrida após a Segunda Guerra Mundial. Em 1900, a população mundial – de cerca de 1,6 bilhão de habitantes – tinha uma esperança de vida em torno de 30 anos. Em 2000, a população tinha passado para 6 bilhões, com esperança de vida de 65 anos. Em 2011, a população chegou a 7 bilhões de habitantes e esperança de vida de 68 anos. Portanto, mesmo com o aumento sem precedentes da população, a humanidade não caiu na “armadilha malthusiana”, isto é, não houve limitação demográfica devido aos freios da mortalidade”. (ALVES, José. *Progresso Humano, Regresso Ambiental*. Em: <<http://www.ecodebate.com.br/2012/06/20/progresso-humano-e-regresso-ambiental-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 30 novembro de 2015.)

Entretanto, desde Thomas Malthus aos dias atuais, manteve-se tradição alarmista no quanto a relação do Homem com a Natureza. Segundo esta o Homem estaria destruindo os recursos naturais do planeta Terra. Para tanto é sugerido à humanidade que abdique de suas conquistas tecnológicas ou então deixe de crescer populacionalmente.

Vê-se claramente objetivo de certos globalistas em tais propostas, pois pretendem diminuir a população mundial e para tanto recorrem aos discursos alarmistas do momento. Para tanto propõem o aborto, a eutanásia e a sodomia como meios de redução populacional (CARRASCO, 2001).

Nos anos 1960, dizia-se que a população não deveria crescer, pois o planeta Terra não teria condições de suportar tantos seres humanos (ORLEANS E BRAGANÇA, 2012). O que se viu foi algo totalmente oposto, porém, não só a população dobrou nas décadas seguintes – de estimados 3 bilhões de habitantes na década de 1960 para 6 bilhões no ano 2000 – como obteve melhores condições de vida. Certamente há pobreza, miséria e fome no mundo, todavia as teses malthusianas e neomalthusianas não se realizaram na realidade.

Hodiernamente o malthusianismo tem um verniz verde, naturalista,

ambientalista. Se na Nova Era se cultua a morte, o ambientalismo radical assume este papel.

Uma simples pesquisa no *Google* nos levará a uma infinidade de sítios de internet que sugerem às pessoas que se suicidem em nome do planeta Terra, da sustentabilidade, dos recursos naturais e – ironicamente – para que haja recursos aos nossos netos e bisnetos. Um site bastante conhecido é o “*churchofeuthanasia.com*” que sugere às pessoas que salvem o planeta Terra, mas se suicidem na expressão “*kill yourself*”. Lê-se em tal endereço virtual a sugestão “*save the planet, kill yourself*”.

Além disso, os pilares de tal site são o aborto, a eutanásia, a sodomia e o suicídio, como se vê quando nele navegamos².

Não causa estranheza que tais pilares, se levados ao pé da letra, diminuiriam a população humana necessariamente. Aliás, muitos são os ambientalistas, esquerdistas, globalistas e “*beautiful people*” em geral, que lutam junto à ONU para diminuir a população mundial, seja através do aborto, da eutanásia ou mesmo da sodomia (ORLEANS E BRAGANÇA, 2012).

A exemplo de “*beautiful people*”, o ator hollywoodiano, Leonardo DiCaprio ao receber o Oscar por melhor ator em *O Regresso*, filme de 2015, fizera um discurso fortemente enviesado a fim de endossar a ideologia ambiental. Segundo disse:

“A mudança climática é real, está acontecendo agora mesmo. É a ameaça mais urgente que a nossa espécie precisa enfrentar. Precisamos trabalhar juntos e deixar de procrastinar. Precisamos apoiar os líderes de todo o mundo que não falam em nome das grandes corporações poluentes, mas sim de toda a humanidade, dos povos indígenas, de bilhões de pessoas desfavorecidas que serão as mais afetadas por tudo isto, das crianças e de tanta gente cujas vozes foram afogadas pela política da cobiça.”(Fonte: El País. <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/29/cultura/1456729824_971862.html>. Acesso em: 20 março de 2016)

Leonardo DiCaprio sintetiza os elementos da Mentalidade Revolucionária discutidos até aqui. Seu discurso chega a milhões de pessoas no mundo e sua influência é certamente grande, logo deletéria a gerações inteiras. Apesar de haver problemas reais para a humanidade como terrorismo, perseguições políticas e religiosas, a preocupação do “*beatiful people*” é o discutível “Aquecimento Global”.

Nunca é demais lembrar que Hollywood endossa a ideologia ambiental como se vê em filmes como “*Avatar*”, do cineasta ambientalista James Cameron, que é uma ode à vida primitiva ou em “*Um Dia Depois de Amanhã*”, de Roland Emmerich. Aliás, o filme de Roland Emmerich mostra o pior cenário de ideólogos ambientais, o cenário é proposto pelo notório

²<http://www.churchofeuthanasia.org/index.html>. O acesso pode se dar em tal endereço da web. Acesso em março de 2016.

ambientalista James Lovelock em sua Hipótese de Gaia – segundo a qual, a deterioração causada pelo homem ao clima pode desencadear a qualquer momento, daqui a cem anos, uma década, dois anos etc., desastres de proporções inimagináveis – em evidente perspectiva da Mentalidade Revolucionária.

Além disso, Hollywood premiou Al Gore em 2007 pelo controverso documentário “Uma Verdade Inconveniente” que trata da suposta mudança climática antropogênica.

No Brasil mesmo é recorrente a opinião pública ser tomada por tais discussões e propostas. Isto pois, é comum em livros didáticos a indicação de tais filmes como se fossem obras científicas do mais alto nível. Tais bandeiras perfazem os objetivos de globalistas e coadunam com a essência da Nova Era (CARVALHO, 2014).

Quanto aos sítios de internet supracitados, certamente que há sandices em toda rede, porém o objetivo de diminuir a população mundial – além de constar em documentos da Organização das Nações Unidas (BERNADIN, 2013,2015; SANAHUJA, 2013; ORLEANS E BRAGANÇA, 2012; CARRASCO, 2001) também é expressa nos discursos de célebres ambientalistas, desfraldados em estandartes de sua moralidade desprezível.

A propósito, é bastante conhecido o posicionamento de Jacques Cousteau – notório ambientalista e um dos mais respeitados oceanógrafos do mundo -- que diz ser necessário o controle populacional, seguindo Cousteau:

"a fim de estabilizar a população mundial, temos de eliminar 350.000 pessoas por dia. É uma coisa horrível de se dizer, mas é tão ruim que não dizê-lo". (UNESCO, 1991, Interview Jacques-Yves Cousteaus. In: The UNESCO Courier: Environment and Development - A Global Commitment, November, p.8-13, 1991)

Cousteau não está só em tal empreitada, pois outros avatares da ideologia ambiental já se posicionaram semelhantemente.

Segundo David Attenborough:

“Eu já vi a vida selvagem ameaçada pela crescente pressão humana em todo o mundo, e não é por causa da economia ou da tecnologia. É que por trás de cada ameaça está a estarrecedora explosão dos números da população humana. Qualquer ambientalista sério sabe perfeitamente bem que o crescimento da população é o cerne de todos os problemas ambientais”. (ATTENBOROUGH *apud* ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p. 67).

Attenborough proferiu tais sandices em 2009 no jornal The Telegraph. O que espanta é que ambientalistas contrários às soluções demográficas de Attenborough não seriam “sérios”.

“Sério” mesmo é Ted Turner, o bilionário fundador da CNN, pois segundo crê:

“O aquecimento global matará a maioria de nós e fará do resto uns canibais. O ideal seria que a população mundial fosse de 250-300 milhões de pessoas, quer dizer, uma diminuição de 95% dos níveis atuais”.(TURNER *apud* ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p.68).

Ted Turner não está só em seu pensamento, membros importantes da Coroa Britânica pensam a mesma coisa (CARRASCO, 2001; PAOLA, 2008). Percebe-se que tal discurso endossa claramente o que poderíamos chamar de ‘neomalthusianismo verde’ que consistiria nas sandices de que é necessário diminuir a população mundial para preservarmos recursos naturais aos jovens do futuro.

É assustador a natureza virulenta de líderes de ONGs e suas ações ‘ambientalistas’, segundo Faye Dunaway, da ONG Mother Earth/GAIA a bomba de Hiroxima não matou o suficiente, segundo diz:

“você acha que Hiroxima foi ruim, mas eu quero te dizer: Hiroshima não foi suficientemente ruim”. (DUNAWAY *apud* ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p. 68).

Como se pode depreender de tais posicionamentos e propostas há enorme plêiade de nazistas que amam o planeta, mas não amam o próximo. Em virtude da forte adesão, de pessoas aparentemente esclarecidas -- tais como professores universitários, intelectuais e ideólogos, políticos de projeção internacional etc. – não seria exagero afirmar que há perversa percepção da realidade por aqueles que deveriam ser luz e guia às demais pessoas (ORLEANS E BRAGANÇA, 2012). Aliás, é comum ao discurso ambientalista, das últimas décadas, propostas de controle populacional compulsório que é típico de governos totalitários (PAOLA, 2008; GOLISZEK, 2004).

A sanha de todo projeto ditatorial é diminuir a população através do aborto compulsório a fim de uma sociedade mais justa e igualitária. O século XX assistiu a lamentáveis exemplos. Tanto nos Estados Unidos com as propostas racistas e eugenistas de Margaret Sanger quanto na Alemanha de Hitler há projetos de eliminação de fetos em nomes de causas tidas como nobres (GOLISZEK, 2004). Hoje é em nome do planeta Terra e do ambientalismo e dos ideários da Mentalidade Revolucionária (ORLEANS E BRAGANÇA, 2012; CARVALHO, 2013).

À época da discussão neomalthusiana, quando a população chegara a 3 bilhões de habitantes, Paul Ehrlich escreveu em 1968 o livro Bomba Populacional que alardeava ao crescimento demográfico e propunha soluções eugenistas. Segundo diz:

“Um câncer é uma multiplicação descontrolada de células; a explosão populacional é uma multiplicação descontrolada de pessoas. Nossos esforços devem passar do tratamento de sintomas para a

extirpação do câncer. Nós devermos ter um controle populacional compulsório, se os métodos voluntários falharem”. (EHRlich *apud* ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p. 69).

Preciso e muito claro em seus objetivos.

Saliente-se não se tratar de pessoas simplistas, nem sem instruções, que proferem tais argumentos, mas homens supostamente letrados. São intelectuais, professores, cineastas, atores, ativistas políticos etc. como supracitado, até o assessor de Barack Hussein Obama, presidente dos Estados Unidos da América, crê-se porta voz da Nova Era e endossa as teses que têm objetivos de diminuir a população mundial. John Holdren é assessor para a ciência de Obama, abertamente eugenista:

“Um envolvente regime planetário controlaria o desenvolvimento, administração, conservação e distribuição de todos os recursos naturais, renováveis e não renováveis. Ele teria o poder de controlar não só da atmosfera, mas também da água doce de rios e lagos. Regularia todo o comércio, incluindo todos os alimentos. Determinaria a população ótima para o mundo. Deveria ter poder para impor limites populacionais aos países. E se vocês querem saber quem faria o aborto e a esterilização em massa forçados, eu respondo: o regime planetário.” (HOLDREN *apud* ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p. 69)

Depreende-se de tais absurdidades escancaradamente a tirania do Governo Mundial e sua política eugenista, discriminatória e virulenta. Pelo que se vê a eugenia não teve fim no século XX, apesar do Nazismo e todo morticínio que se gerou em seu nome.

Vale ressaltar que a eugenia sempre teve um caráter de eliminação dos mais fracos e de indefesos. É vergonhoso que em nome do planeta Terra, da sustentabilidade e de um futuro melhor, desenhe-se nas sociedades contemporâneas apologistas do aborto em nome do ambientalismo (CARRASCO, 2001)

Jaques Attali, conselheiro presidencial e socialista francês, é tão ousado quanto. Segundo crê:

“A história nos ensina que a humanidade só evolui quando sente medo verdadeiramente. É preciso montar uma polícia mundial, criar reservas mundiais de alimentos e ampliar um sistema de impostos mundial. Assim conseguiremos criar as bases de um governo mundial, mais rápido do que impelidos por simples razões econômicas.” (ATTALI *apud* ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p. 69).

Como se pode notar são pessoas influentes que querem e trabalham aos propósitos do aborto e do globalismo. O medo a que se refere Attali é o emaranhado de alarmismo que encontramos nos discursos contrários ao que chamam de “ecocídio” e “Aquecimento Global” (SANAHUJA, 2012), pois seu objetivo é instilar o medo na sociedade civil para restringir liberdade e destruir

soberanias mundo afora.

Ressalte-se que a opinião pública não surge do nada, discussões políticas não brotam do chão simplesmente, sempre há partidários que levantam as bandeiras de tais e quais assuntos, sejam quais forem. Sobretudo em se tratando de discussões tão elementares que afetam a vida de milhões de seres humanos. Portanto se no Brasil as discussões expostas acima têm encontrado eco e prosperado não é por acaso. Além da escola e universidades, comprometem-se em formar cidadãos à Nova Era, revolucionários e militantes (BERNADIN, 2013) e é com respaldo da Organização das Nações Unidas que tais idéias penetram na sociedade brasileira a fim de corrompê-la em seus valores. Sanahuja ao estudar os documentos da UNESCO reitera tal trecho:

“A pretensão da UNESCO é que a nova *ética de vida sustentável* dê forma às leis nacionais de todos os países e às consciências de seus cidadãos, reiterando que a “responsabilidade ética afeta não apenas os países, mas também os indivíduos.” Por exemplo: como “a decisão de ter uma família grande ou pequena tem conseqüências em toda a sociedade nacional e internacional, é imperativo moral dos estados fomentar a família pequena.” (UNESCO *apud* SANAHUJA, 2013, p. 51)

É evidente que a diminuição da população mundial é objetivo dos globalistas e da ONU segundo eles mesmos, ora. Seja através da política de filho único adotada em certos lugares do mundo, através do aborto ou das novas formas de “família” que se desenham na sociedade ocidental.

4.3. Aspectos da Nova Era e da Revolução Cultural

A Nova Era inaugura nos dias atuais não a busca pela verdade, mas a militância. Não o conhecimento da tradição civilizacional que nos legou a cultura, as ciências e a universidade, mas a vontade de transformar o mundo segundo dogmas escolhidos a dedo por “intelectuais” marxistas, globalistas endinheirados e senhores do mundo via Organização das Nações Unidas (BERNADIN, 2015).

A Revolução Cultural objetiva fazer a todos instrumentos portadores das mais diversas causas, onde não há mais cultura senão política e militância. Em conformidade com o que Antonio Gramsci propunha como Intelectual Orgânico (CARVALHO, 2014).

Qualquer estudioso que se dê ao trabalho de pesquisar um pouquinho em documentos da Organização das Nações Unidas, nos discursos revolucionários de ONGs de abrangência internacional e objetivos de banqueiros e grandes empresários como os Rockfellers (ESTULIN, 2005), George Soros ou da Fundação Ford, verá que não é por acaso que das

escolas saem militantes às causas de redução demográfica – especialmente do aborto –, da legalização drogas, anticivilizacional (CARRASCO, 2001) e ambientalista (LINO, 2005). Isto pois, a escola está voltada em formar militantes e partidários de tais causas, quer seja, da Nova Era, em vez de ensinar línguas, cálculo matemático e permanecermos nos ombros de gigantes como Bethoveen ou Bach.

Segundo Pascal Bernadin, ao analisar documentos da ONU voltados às escolas e à educação mundial cujos objetivos é moldar comportamentos e formar militantes, desordeiros e defensores de causas supostamente boas na construção de um futuro melhor, da Nova Era e da Mentalidade Revolucionária respectivamente, assevera:

“Impossível constatar mais claramente o que aí se busca é, na realidade, uma 'larga e profunda modificação das atitudes sociais em geral', uma vez que dificilmente se entende de que modo uma simples educação destinada a aperfeiçoar as relações intergrupos poderia 'provocar essa larga e profunda modificação das atitudes sociais em geral'. Notemos, contudo, para restabelecer a verdade, que não é um aumento da educação que leva ao mundialismo, ao materialismo e à permissividade – o que conduz a isso é um aumento da educação revolucionária.” (BERNADIN, 2013, p. 45).

Em suma, o que se vê na escola é uma plêiade de aprendizados às causas globais e revolucionárias perfeitamente enquadradas no discurso da Mentalidade Revolucionária da Nova Era. Pois, sonham – não seria exagero dizer que foram adestrados a tanto – em construir um mundo melhor. Tal feita constata-se claramente quando pesquisamos nos livros didáticos brasileiros os assuntos correlatos às questões ambientais, indigenistas ou raciais no Brasil. Sob a desculpa de desenvolver no aluno um “pensamento crítico” o que temos é doutrinação e ideologia. Invariavelmente os livros didáticos, no tocante à disciplina de geografia, quiçá biologia e história, dá-se como certo o “Aquecimento Global”, a necessidade de Reservas Ambientais e Indígenas como se a tais assuntos não houvesse contradições e questionamentos.

Segundo o filósofo Olavo de Carvalho tanto a “Nova Era’ da qual Fritjof Capra se tornou porta-voz e a ‘Revolução Cultural’ de Antonio Gramsci têm algo em comum”, pois ambas perfazem o imaginário de nossos estudantes e professores universitário. Ademais, “ambas pretendem introduzir no espírito humano modificações vastas, profundas e irreversíveis. Ambas convocam a ruptura com o passado, e propõe à humanidade um novo céu e uma nova terra (CARVALHO, 2014).

Romper com o passado é o que vemos quando analisamos o ambientalismo, o indigenismo e os discursos tribais quilombolas, pois objetiva-se modificar profundamente o espírito brasileiro ordeiro e integrado etnicamente a fim de se construir o novo Homem. O que podemos ver em tais discursos, no mais das vezes, são grupos interessados em dividir o Brasil etnicamente e territorialmente.

Além disso, ainda segundo Olavo de Carvalho, os aspectos da Nova Era têm exercido repercussão e influência nos círculos empresariais e científicos brasileiros, pois não só no debate acadêmico. E a Revolução Cultural exerce, há algumas décadas, enorme influência e repercussão na vida acadêmica, cultural e política do Brasil como se pode constatar (CARVALHO, 2014).

Em tal ambiente torna-se natural, propício até, prosperar hordas imensas de militantes às causas ambientalistas, indigenistas e de cunho racial via quilombolas. As ONGs internacionais, portanto, não encontram resistência em seu trabalho de fragmentar o território brasileiro em seu próprio interesse cujo fim último é ter acesso às riquezas do solo brasileiro (MENNA, 1995), exterminando postumamente, os que lá vivem.

Posicionar-se contra o que chamam de “ecocídio”, “holocausto ecológico”, “Aquecimento Global”, ou em prol de “tribos indígenas”, “quilombolas” e “desmatamento zero” perfaz algumas das bandeiras da massa humana que age fervorosamente em solo brasileiro. Estas são algumas causas da Nova Era.

Tais bandeiras, no mais das vezes, acabam por forçar o Brasil em ceder extensas áreas de seu território à administração internacional através das famigeradas reservas ambientais e indígenas.

Incluí-se aí a luta contra o que entendem como “capitalismo”, o “império do mal” na figura dos Estados Unidos e maior destruidor do planeta, “a Igreja Católica”, “o patriarcado” – clamam a propósito disso o amor à GAIA, à Terra-mãe – fazendo da luta ambiental uma divisão da sociedade brasileira em homens opressores e mulheres oprimidas, seu imaginário reluz a idéia de que o dinheiro capitalista seria masculino e eventuais alterações na superfície do planeta Terra, seja através da agricultura, de obras de infraestrutura como exploração da Terra-mãe, ou seja, o ecocídio (SANAHUJA, 2013).

4.4. Globalismo

Há, portanto, uma estrutura de poder global e religião universal (SANAHUJA, 2013) travestida de desenvolvimento sustentável, porém o que se assiste é um enorme avanço do império ecológico (BERNADIN, 2015) sob os discursos mais alarmistas possíveis cujo fim último é instaurar uma espécie de poder mundial.

Tal poder mundial – também chamado de Governo Mundial (CARRASCO, 2001; CARVALHO, 2013; ESTULIN, 2005; LAROUCHE, 1999; LINO, 2005) – solapa pouco a pouco as soberanias nacionais mundo afora através do ambientalismo, indigenismo e tribalismo racial. Outros mecanismos do arsenal ao Governo Mundial são acordos comerciais, sanções econômicas,

normas de segurança e eventuais imposições penais de cunho internacional, intervenções militares etc. (ESTULIN, 2005).

Quer seja, há enorme plêiade de supostos problemas da Nova Era que devem ser resolvidos em esfera internacional, em especial o “Aquecimento Global”, porque exigem ações globais, logo através de legislações ambientais – respaldadas pela ONU. Os países pouco a pouco vão cedendo extensas territorialidades à administração desde o exterior, isto é, perdem autonomia territorial que passa a ser controlada pela Organização das Nações Unidas, fiscalizadas por enorme quantidade de ONGs e cujo alcance é internacional e seus interesses servem a interesses escusos (BERNADIN, 2015; CARVALHO, 2014).

No Brasil se desenha a fragmentação de nosso território há algumas décadas em Reservas Ambientais, Reservas Indígenas e Reservas Quilombolas. Sobre tais reservas o comum dos brasileiros não tem acesso, tampouco podem desenvolver atividades econômicas nem atividade alguma em notório engessamento do país (CARRASCO, 2001). E mais, o brasileiro comum sequer pode passear em áreas designadas a tais reservas, e tal fato fere direito assegurado em nossa Constituição Federal (BARRETO, 2009). Entretanto, ONGs de alcance internacional tem livre acesso sob a desculpa de proteção do meio ambiente, dos recursos naturais, dos povos das florestas ou mesmo de antigas colônias de escravos.

O trabalho na construção do Governo Mundial não é fácil, requer enorme trabalho na reconstrução da história, da reeducação do imaginário, da invenção de problemas com alcances globais, a exemplo do “Aquecimento Global” (LINO, 2009), e toda sorte de diatribes.

Segundo Sanahuja:

“Para realizar o projeto de poder global com um *pensamento único*, modificando a cultura e a religião dos povos e colonizando as consciências para formar cidadãos dóceis à nova ordem mundial, em 1991 a UNESCO trabalhava com dois projetos, o de uma *ética universal de valores relativos*, de que trataremos mais adiante, e uma *ética universal de vida sustentável*. (SANAHUJA, 2013, p. 50)”

Tal assertiva de Sanahuja coaduna perfeitamente com as conclusões de Pascal Bernadin a propósito das escolas formarem massas militantes em seu seio, respaldada por documentos oriundos da ONU (BERNADIN, 2013).

4.5. Ambientalismo, uma Plêiade de ONGs e Neocolonialismo Verde

“É difícil reeducar as pessoas que

foram educadas no nacionalismo. É muito difícil convencê-las de que renunciem a parte de sua soberania em favor de uma instituição supranacional. Príncipe Bernardo, fundador do Clube Bilderberg. (ESTULIN, 2005, p. 4)”

O discurso do príncipe Bernardo faz eco aos adágios populares que nutrem enorme sabedoria, pois “o pior cego é aquele que não quer ver”. Os porta vozes do globalismo, da ONU, de instituições financeiras endinheiradas etc., dizem trabalhar na construção de uma ordem supranacional, em seu projeto maquiavélico de Governo Mundial (LAROUICHE, 1999) e quando se aponta tais coisas a mídia chique, grande parte dos intelectuais da academia e pesquisadores “sérios” fingem não ser com eles.

Por trás do belíssimo discurso de preservação e proteção da Natureza há gigantesca operação de organizações não governamentais, as famigeradas ONGs, atuando em solo brasileiro, especialmente na Floresta Amazônica brasileira e em grandes extensões do Cerrado.

É a este fim que a ONU educa nossa juventude (BERNADIN, 2013), ou seja, formar cidadãos com consciência global para que não se importem com ação vergonhosa de ONGs internacionais em solo brasileiro e roubando nossos recursos, afinal como apregoa a Nova Era não há cidadania, mas cidadão do mundo.

Em 2008, o governo brasileiro estimou que havia 100 mil ONGs internacionais atuando só na Floresta Amazônica conforme os jornais Folha de São Paulo, G1, Estadão, O Globo etc.

Segundo notícia G1, em 24 de abril de 2008, “o Planalto vai fechar o cerco às organizações não-governamentais (ONGs), na tentativa de coibir a biopirataria, a influência internacional sobre os índios e a venda de terras na floresta amazônica”.

Vai fechar, num futuro longínquo, sabe-se Deus quando, pois a operação de tais organismos em solo nacional só fez aumentar em tamanho, em rede e em conquistas de mentes.

Tal notícia exigiria repúdio daqueles que dizem amar o Brasil e seus recursos naturais, mas não é isso que se vê. Pois nossos militantes secundaristas e universitários foram doutrinados, desde a mais tenra idade, a defender a Natureza, mesmo que ONGs estrangeiras surrupiem produtos brasileiros em benefício próprio.

Nesta época, de 2008, quando se discutia sobre o mar de ONGs na Floresta Amazônica, o então ministro da Justiça, Tarso Genro, dissera:

“Grande parte dessas ONGs não está a serviço de suas

finalidades estatutárias. Muitas delas escondem interesses relacionados à biopirataria e à tentativa de influência na cultura indígena, para apropriação velada de determinadas regiões, que podem ameaçar, sim, a soberania nacional”(Fonte: O Estado de São Paulo. <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ongs-so-atuacao-na-amazonia-com-autorizacao-expressa-da-defesa,161954>>. Acesso em: 20 março de 2016)

Tal apontamento de Tarso Genro nos traz luz à cabeça e a expressão: eureka! Que descoberta!

Há extensa bibliografia e discussão na vida pública brasileira alertando sobre ONGs internacionais atuando em solo brasileiro, Genro – assim como o governo brasileiro inteiro – não deveriam posar de desentendidos e fingir que só agora atinaram com o problema. Decorridos alguns anos desde tal celeuma, março de 2008, as ONGs continuam em solo brasileiro e com muito mais poder.

Além disso, desde então, o Brasil cedeu às pressões de tais ONGs em legislações à agricultura e pecuária, a exemplo do Código Florestal votado em 2012, em obras e projetos de infra-estrutura atrasados pelo governo ou abandonados – o exemplo mais gritante é a Usina de Belo Monte, no estado do Pará, dificultada por ações de ONGs estrangeiras – além de enorme atuação de ONGs junto aos índios de Mato Grosso, Pará, Rondônia e em todo o Brasil.

Em 2012, exemplifique-se, o Congresso Nacional votou o novo Código Florestal brasileiro e aparentemente quem pautava a discussão midiática eram ONGs estrangeiras. Nas redes sociais o engajamento de grupelhos contrários ao novo Código Florestal era intenso. Segundo noticiara o portal UOL o esforço de ONGs era grande:

“A discussão sobre o novo Código Florestal brasileiro é árida, técnica e gera dúvidas até entre aqueles que acompanham o assunto pela mídia. Apesar disso, o esforço das equipes de comunicação de ONGs tem conseguido a façanha de fazer o assunto "bombar" nas redes sociais. Se você usa o Facebook ou o Twitter, certamente já viu algum amigo compartilhar alguma imagem bem-humorada da campanha "Veta, Dilma!". (Fonte: UOL. <<http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2012/05/04/movimento-veta-dilma-sobre-o-codigo-florestal-ganha-as-redes-sociais.htm>>. Acesso em: 20 março de 2016)

O teor do debate era fortemente alarmista, ainda o é hoje. Aliás, as trupes de ambientalistas, nacionais e internacionais, exerceram forte pressão à legislatura, através de pirotecnia, declarações polêmicas e de todo espaço que a mídia chique concede à ideologia ambientalista. E mais, a palavra de ordem era o slogan “Veta Dilma” em evidente apelo ao autoritarismo do Poder Executivo exercido por Medidas Provisórias da Presidência da República.

Uma das ONGs de maior envergadura internacional é a holandesa *Greenpeace* e em seu sítio da internet é possível ler dezenas de entrevistas, artigos, textos jornalísticos contrários, ao Código Florestal como se tal decisão

a ser tomada por brasileiros necessitasse do aval de sua aprovação. No dia 9 de maio de 2012 deram seu conhecido parecer, em texto chamado “Veta Tudo, Dilma”:

"O projeto ruralista de mudança do Código Florestal é um desrespeito com o futuro do Brasil", afirma Marcio Astrini, da campanha Amazônia do Greenpeace. "Fizeram uma lei sob encomenda para criminosos ambientais. Usaram a justa necessidade de se resolver o problema da agricultura familiar para anistiar quem desmatou apostando na impunidade e para quem lucra com a derrubada das florestas. Dilma precisa cumprir suas promessas de campanha e vetar integralmente esse projeto." (Fonte: GreenPeace Brasil. <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Veta-tudo-Dilma/>>. Acesso em 20 março de 2016)

Para o *GreenPeace* não interessam as questões agricultáveis e aspectos da fome atual, mas o apelo ao futuro da sociedade ecologicamente correta que criarão o futuro de glórias verde com sua cosmovisão respaldada na Mentalidade Revolucionária.

Ademais, o posicionamento da ONG em questão coloca a sociedade civil brasileira contra os produtores rurais, valem-se disso através de *show* midiático, de uma imprensa descuidada com interesses da Nação, de políticos semi-letrados e de intelectuais que servem aos ditames da Nova Era e só fazem repetir jargões aprovados pela *intelligentzia*. Saliente-se que o cineasta Fernando Meirelles, os atores Wagner Moura, Alice Braga e Rodrigo Santoro, além da modelo Gisele Bündchen, aderiram à campanha “Veta Dilma” nas redes sociais a fim de darem legitimidade ao discurso ambientalista.

A grandiosa operação de ONGs, nacionais e internacionais, em solo brasileiro representa o meio de ação de globalistas que satisfazem, em última instância, o neocolonialismo verde (LINO, 2005). Outrossim, as operações dessas ONGs objetivam pressionar a sociedade brasileira a fim de angariarem extensas territorialidades às chamadas Reservas Ambientais, que são administradas desde a ONU, e interesses de fundações globalistas. Vê-se, portanto, o ambientalismo a serviço do Governo Mundial que se realiza à medida que a sociedade brasileira perde soberania de seu próprio território cedido aos ditames globalistas nas atuais Reservas Ambientais.

4.6. Objetivo das ONGs, Além de “Salvar” o Planeta

O objetivo de ONGs internacionais, respaldadas por muitas ONGs brasileiras de mesmo calibre, é afetar profundamente a economia do Brasil, lesionar nossa soberania e entregar nossos recursos minerais, solo, água aos interesses globalistas (PAOLA, 2008).

Some-se a isso governos corruptos que vendem estatais brasileiras a preço de bananas resultando em crescente escoamento das maiores e melhores riquezas do solo nacional (PAOLA, 2008), é vergonhoso.

Infelizmente as ONGs têm obtido êxito, pois quaisquer que sejam os projetos de infra-estrutura a serem construídos no Brasil necessitam de aval tácito de ONGs.

Em capítulo acima, citou-se Belo Monte. Tal Usina Hidroelétrica a ser construída no Pará remonta à década de 1970, e desde aquela época ONGs internacionais inviabilizavam a construção de tal empreendimento (DEWAR, 2007). À época se chamaria Cararaô, mas em virtude da ação de ONGs ambientalistas e indigenistas o Brasil não conseguiu pleitear a verba originária do Japão à construção da obra (DEWAR, 2017), naqueles dias a grande figura indígena brasileira usada como exemplo de bom selvagem contra o desenvolvimento do Brasil era Paiakan. Depois vieram os Ianomamis, a Reserva Raposa Serra do Sol e mais recentemente a tribo Guarani-Kaiowá.

Paiakan fora financiado por globalistas. Viajou para o Canadá, Estados Unidos e Europa atrás de financiamento para salvar a Floresta Amazônica (DEWAR, 2007). Paiakan fora usado como navio quebra-gelo da ação estrangeira contra o desenvolvimento do Brasil, desde então as coisas só pioraram.

Décadas mais tarde, no governo Lula, retomaram-se os projetos de infra-estrutura no Brasil sob o Plano de Aceleração de Crescimento (PAC). A Usina Hidroelétrica Cararaô foi rebatizada de Belo Monte no final dos anos 2000, mas com enorme resistência de ONGs estrangeiras que têm livre acesso ao território brasileiro.

Sobram exemplos de obras de infra-estrutura dificultadas pelas ONGs internacionais. Tanto o CIMI quanto o ISA, Conselho Indigenista Missionário e Instituto Socioambiental, respectivamente, atuaram firmemente contra a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins (CARRASCO, 2001; LINO, 2005).

Outras ONGs, de várias denominações, também dificultaram e inviabilizaram a construção e melhorias em Hidrovias na Bacia do Tietê-Paraná (LINO, 2005).

O Cerrado brasileiro estende-se no Planalto Central do continente Sul-Americano (AB'SABER, 2003) com totais pluviométricos medianos, caracteriza-se pelo enorme potencial agrícola e pecuarista, sobretudo em virtude do grande vazio demográfico que se estende em seus chapadões, brejos e matas ciliares. De tal potencial agrícola e regional se origina volumoso ramal hídrico endorréico que padece de melhorias de infra-estrutura para escoar seus produtos. Entretanto a Bacia do Tietê-Paraná e Paraguai, bem como do Araguaia-Tocantins desemboque na costa brasileira e sul-americana, respectivamente. O transporte hidroviário é subutilizado resultando em oneroso processo de transporte via caminhões em estradas e rodovias em péssimas condições.

Entretanto:

“Uma das formas mais capciosas de governos estrangeiros influírem no desenvolvimento socioeconômico de países denominados “terceiromundistas” – que sob a égide do neocolonialismo globalista foram rebatizados “emergentes” – é por intermédio de agências de desenvolvimento internacional e apodos similares. (CARRASCO, 2001, p. 180).”

Ao estudioso do globalismo, Lorenzo Carrasco, tais empreitadas globalistas têm origem na Inglaterra e Holanda. Tese esta endossada por outros estudiosos da área como Daniel Estulin, Geraldo Luis Lino e Lyndon LaRouche, citados ao longo desta redação. Porém, outros autores, especialmente Olavo de Carvalho, vêem outros grupos de interesse na partilha do mundo que se daria por três grupos e macro-regiões de poder, quer seja, o Ocidente Globalista – poder econômico; o Eurasianismo, num bloco Russo-Chinês – o poder militar; e o Islâmico – o poder religioso. Haveria um jogo de interesse envolvendo estes grupos na tentativa de instaurar a Nova Ordem Mundial.

Sob os ensinamentos de Lorenzo Carrasco, Daniel Estulin, Geraldo Luis Lino etc., não seria exagero afirmar que a enorme quantidade de ONGs, que atuam em solo nacional, serve a propósitos do globalismo.

4.7. Brasil no Mundo. Por que interessamos aos globalistas?

A potencialidade agrícola brasileira desperta inimizades mundo afora, a riqueza mineral desperta cobiça no exterior, as riquezas de fauna despertam interesses escusos em ONGs estrangeiras e a exuberante riqueza de flora desperta sentimentos de ressentimento em países estrangeiros que pretendem conquistar nossos recursos, tais constatações não é mero ufanismo. Não seria exagero afirmar que ONGs estrangeiras são um gigantesco Cavalo de Tróia que pretende se apossar do Brasil.

Sob a desculpa de ambientalismo e todo rol do discurso sobre proteção do meio ambiente adentram em nosso seio a fim de conquistá-lo desde dentro.

“A manipulação de argumentos de ‘proteção ambiental’ para justificar o estabelecimento de estruturas legislativas de ‘governo mundial’, baseada no argumento de que os problemas ambientais não reconhecem fronteiras políticas. (CARRASCO, 2001, p. 40).

Em particular do que assegura Lorenzo Carrasco há o Protocolo de Montreal, o debate sobre as mudanças climáticas, especialmente o “Aquecimento Global”, e as riquezas naturais brasileiras que seriam um patrimônio da humanidade.

A propósito da Floresta Amazônica ser patrimônio da humanidade,

entretanto, sob a pena do ex-Ministro da Educação, Cristovam Buarque, há o célebre discurso em defesa da integridade territorial brasileira e de nossa soberania enquanto Nação livre para gerir nossas riquezas naturais.

A resposta de Cristovam Buarque à pergunta sobre a internacionalização da Floresta Amazônica não poderia ser melhor, sobretudo porque ao ser indagado exigiram que respondesse enquanto humanista, não enquanto brasileiro. O ex-Ministro deu resposta irrefutável:

"De fato, como brasileiro eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso. Como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, posso imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a Humanidade. Se a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço.

Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado.

Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, ou de um país. Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação. Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural amazônico, seja manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um país.

Não faz muito, um milionário japonês, decidiu enterrar com ele um quadro de um grande mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado. Durante este encontro, as Nações Unidas estão realizando o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em comparecer por constrangimentos na fronteira dos EUA. Por isso, eu acho que Nova York, como sede das Nações Unidas, deve ser internacionalizada. Pelo menos Manhattan deveria pertencer a toda a Humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada cidade, com sua beleza específica, sua história do mundo, deveriam pertencer ao mundo inteiro. Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil. Nos seus debates, os atuais candidatos à presidência dos EUA têm defendido a idéia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida.

Começamos usando essa dívida para garantir que cada criança do mundo tenha possibilidade de ir à escola. Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro.

Ainda mais do que merece a Amazônia. Quando os dirigentes tratarem as crianças pobres do mundo como um patrimônio da Humanidade, eles não deixarão que elas trabalhem quando deveriam estudar; que morram quando deveriam viver. Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.³

O Brasil se vê comprometido com tais discussões em virtude da grande operação de ONGs estrangeiras em nosso país e de suas propostas ambientalistas como a propaganda do 'desmatamento zero' – apregoada pela ONG *GreenPeace* endossada por muitas outras como relatado em capítulos anteriores. Isto pois, segundo asseguram, eventuais desmatamentos na Amazônia brasileira lançaria gás de efeito estufa na atmosfera, no caso o CO₂, portanto o Brasil necessita ceder às pressões ambientalistas e punir seus madeireiros, agricultores e pecuaristas caso produzam ou desejem produzir nas regiões do Cerrado e Floresta Amazônica. Além disso, ceder vastas extensões de terras aos cuidados globais via reservas.

Entretanto, nacionalismo e soberania nacional são indubitáveis empecilhos ao chamado Governo Mundial e por isso a ONU educa nossas crianças em cartilhas da Nova Era (BERNADIN, 2013), eis a nova ordem mundial.

O ambientalismo é uma das ideologias mais devastadoras à soberania nacional, não só no Brasil, mas em boa parte do chamado, em outrora, terceiro mundo. Por isso se propaga tanto tal ideologia através do 'neocolonialismo verde' (LINO, 2005) em solo brasileiro, é evidente, pois, que tais discussões são enviesadas e pautadas por organismos internacionais (CARRASCO, 2001).

Ocorre que com as reservas ambientais tais áreas ficam a mercê de diretrizes internacionais, a soberania ante tal região demarcada é relativizada. Some-se a isto declarações de políticos internacionais que sugerem vastas regiões brasileiras não pertencerem ao Brasil, mas ao planeta ou à humanidade como em polêmica que envolveu o Senador Cristovam Buarque. A cobiça internacional por extensas áreas brasileiras é escancarada, segundo alguns líderes internacionais a Amazônia não é brasileira, mas da humanidade, segundo o ex-presidente François Mitterrand:

"O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa em relação à Amazônia."(MITERRAND, apud ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p. 11).

³http://www.portalbrasil.net/reportagem_amazonia.htm. Fala-se que tal discurso fora publicado nos jornais do mundo inteiro, só não no Brasil. Acesso em março de 2016.

Mais objetivo que o enunciado do ex-presidente francês é impossível, mas parece que os nacionalistas e amantes da pátria brasileira dormem em berço esplêndido. Ou como queira Al Gore:

"Ao contrário do que os brasileiros pensam a amazônia não é deles, mas de todos nós." Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos (AL GORE, *apud* ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p. 11).

Além de ex-vice-presidente americano, a maior potência do planeta, Al Gore foi candidato à presidência dos Estados Unidos da América conquistando o 2º lugar no pleito. É talvez o mais notável e respeitado líder ambientalista. Conhecido e agraciado mundialmente com prêmios e dinheiro. Não se trata de alguém, mas de figura importantíssima no cenário internacional. Seus discursos têm forte repercussão, só não entendem os brasileiros:

"O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes." Michael Gorbachev, ex-presidente da antiga URSS (GORBACHEV, *apud* ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p. 11).

Gorbachev deixa muito claro que o Brasil não tem competência a administrar seu imenso território e sugere a perda, no melhor dos cenários, da administração da Floresta Amazônica às ONGs, aos globalistas, à ONU, ou seja lá a quem for que o russo entenda como organismos internacionais, certo é que tal disparate é levado adiante pelas mais de 100 mil ONGs que atuam no território brasileiro. Ressalte-se que Gorbachev é figura ímpar e central nas discussões ambientais internacionais. Um dos ideólogos da Carta da Terra citada acima e fundador da ONG Cruz Verde que capta recursos no mundo inteiro para eventual defesa militar do que entende como patrimônio ecológico da humanidade.

O ambientalismo e seus dogmas penetraram fundo em nossa sociedade. Sua Mentalidade Revolucionária tem calado fundo no coração de nossa juventude, sobretudo porque crêem ser partícipes da construção de um futuro melhor quando gritam aos quatro ventos contra o agronegócio, os proprietários rurais, a construções de toda infra-estrutura, tais quais, hidrovias, ferrovias, usinas hidroelétricas - eis aqui enorme sacrilégio ante à nova religião verde, inclusive - ou qualquer coisa que supostamente destrua o planeta Terra. Só não se dão conta de perguntar: quem disse? Vão logo servindo de manada a interesses, no mínimo, discutíveis.

Fomos seduzidos por cantos de sereia como diria o General Augusto Heleno.

Aliás, este sacrilégio – infra-estrutura diversa: usinas, estradas, hidrovias etc. - faria do Brasil um país com melhores condições econômicas e sociais em todo rol dos setores de atividade: agricultura, pecuária, mineração, indústrias etc., isto baratearia desde transportes ao custo de energia, desde arroz ao quilo da carne. Entretanto, o eco verde soa como discussão teológica e

salvadora, discuti-lo como é necessário é tratado como sacrilégio, excomunhão na certa na Nova Era cuja religião passou a ser o ambientalismo.

Isto pois, o ensino no Brasil, especialmente o de geografia, tem servido de instrumento político contundente. É muito bem usado à propagação da cosmovisão ambientalista... O alarde ambiental, a propósito, não encontra discordância e contraponto em nosso sistema de ensino.

Resulta daí a facilidade com que ONGs estrangeiras pleiteiam engessar imensas territorialidades brasileiras em Reservas Ambientais, nosso servilismo intelectual não levanta sequer o dedo mindinho ante tal disparate, pois seus corações e mentes já foram conquistadas pela 'religião' verde desde a tenra idade. Desenha-se claramente os grilhões verdes que acorrentam o Brasil em novo colonialismo verde (LINO, 2005).

Se olharmos os livros didáticos destinados ao ensino fundamental e médio no Brasil, os mais diversos, lá encontraremos todo rol de argumentos doutrinadores e enviesados, sob o aspecto mais alarmante possível, de que o Homem é o único responsável pela "destruição da Natureza". Parecem mais panfletos de 'ongueiros' ambientais que livros didáticos redigidos por professores, é espantoso. Aliás, seria espantoso, mas, os livros didáticos usam dados de ONGs como referência de dados e análise. O mesmo ocorre em trabalhos "científicos" publicados em revistas nacionais e estrangeiras.

Só não se diz que "o ambientalismo não hesita em recorrer ao impacto ambiental mais provocativo e até cruel, para inocular na opinião pública seus 'argumentos' e 'conclusões'" como assevera Dom Bertrand de Orleans e Bragança (2012).

O pior? Tudo em conformidade com as diretrizes do Ministério da Educação e intelectuais servis, quando não vendidos à cartilha. Eis aí uma geografia como instrumento político e de doutrinação a hordas inteiras.

Espanta que a geografia tem tradição no sincero debate, na honesta discussão ante discursos dominadores. Parece, no entanto, que a honestidade foi manchada com cifrões pintados de verde uma vez que o marxismo segue religiosamente – no mais das vezes –, o discurso ambientalista.

4.8. Particularidades do Brasil. Do Porquê a Cobiça Internacional

"A partir dos anos 70, uma grande transformação fez progredir em passos gigantescos o campo brasileiro. Novas fronteiras agrícolas foram abertas pelos agricultores, que assumiram assim o papel de indômitos desbravadores. Além da coragem e do espírito empreendedor, eles adquiriram novas técnicas e práticas no semear o árido cerrado, graças às pesquisas de universidades rurais e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Em poucas

décadas a produção rural brasileira tornou-se a segunda maior do mundo, sendo em área tropical a primeira. (OLIVEIRA, 2010, p. 17)”

Em outras palavras, a agricultura brasileira é a segunda maior do mundo e só perde para os Estados Unidos da América. Além disso, nos últimos anos o campo brasileiro tem gerado aproximadamente 35% do PIB brasileiro. Não seria exagero, inclusive, falar do Brasil como celeiro do mundo.

Segundo o Censo de 2010 o Brasil tem uma população que excede 190 milhões de pessoas, além do Brasil alimentar a si mesmo – importando poucos produtos básicos a própria alimentação básica de seu povo – é o maior exportador de grãos importantes à alimentação mundial como a Soja, além de figurar como o maior exportador de carne bovina e de aves de frango. É também o segundo maior exportador de grãos (ORLEANS E BRAGANÇA, 2012).

As condições geográficas e territoriais brasileiras são propícias a isto, além do glorioso espírito desbravador e bandeirante do produtor rural de nossa pátria que além de enfrentar gigantescos problemas de infraestrutura no que tange os meios de transportes onerosos (LINO, 2008) enfrenta bravamente desmandos de grupos supostamente rurais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais e sem Terra, o MST, que praticam “banditismo rural” (GRAZIANO, 2004). Além disso, o heroísmo do produtor agrícola brasileiro é tão forte que nem a dispendiosa carga tributária, a falta de estradas e fontes geradoras de energia o esmorece.

Tampouco os sertões inóspitos de solo ácido do Cerrado brasileiro venceram a criatividade do agricultor de nosso país e sua vocação camponesa e produtora.

Além disso, a extensão territorial do Brasil apesar de não ser a maior do mundo, são aproximadamente 8 511 996 km², apresenta relativamente a maior extensão de terras habitáveis e potencialmente agrícola do planeta Terra. Temos o quinto maior território em extensões, porém quando nos atemos às condições de ideais para a habitação como a disponibilidade de água e de solo, a luminosidade propícia à agricultura, os solos férteis e um povo inventivo e trabalhador percebemos que reunimos as melhores condições para uma nação forte e soberana.

Vejamos os maiores países do mundo em extensão territorial e comparemos ao Brasil. A Rússia, por exemplo, ainda que tenha o dobro da extensão territorial do Brasil, não apresenta tão boas condições climáticas como o país sul-americano, pois os invernos na Rússia são demasiados rigorosos com temperaturas negativas em boa parte do ano, em algumas regiões a paisagem é composta de geleiras que somem no horizonte.

Outro exemplo, o Canadá, tão frio quanto a Rússia, perde muito em território se considerarmos as atividades humanas, tanto agrícolas quanto habitáveis, pois suas condições naturais limitam tais atividades e dificultam a possibilidade agrícola. Por mais que o país dos esquimós seja 2 000 000km²

maior que o Brasil não apresenta tão boas condições em extensão territorial quanto os limites dos trópicos por onde se espria o Brasil.

O país da enorme Muralha, a China, tão grande quanto tal monumento, tem enorme demografia – a maior do mundo com aproximadamente 1,4 bilhão de pessoas – e em seu território há extensas áreas de desertos e Dobramentos Modernos, respectivamente o Deserto de Gobi, e a Cordilheira do Himaláia que se estende em todo o território chinês em altitudes significativas em relação ao nível do mar. Tais condições geográficas da China os tornam menores que o Brasil se considerarmos terras potencialmente agricultáveis e extensões territoriais para habitação.

Os Estados Unidos, em que pese seu 1 000 000km² maior que o Brasil, tem enorme Cordilheira, as Rochosas, e grandioso Deserto que se espria pelo Arizona, Novo México, Califórnia e Texas. Além de extensas territorialidades setentrionais com invernos rigorosos que dificultam a agricultura e o habitat humano.

Isto é, por mais que o Brasil não seja o maior país do mundo em extensões territoriais é o país que apresenta dupla e elementar importância no planeta Terra. Em primeiro lugar, em virtude de suas extensas e exuberantes terras tropicais que podem abrigar boa parte da humanidade. Em segundo lugar, por conta da indiscutível potencialidade agrícola e pecuarista inigualável, portanto de quinto maior país o Brasil se transforma no maior se considerarmos terras potencialmente habitáveis e potencialidade geradora de alimentos a um planeta com quase 8 bilhões de seres humanos (ORLEANS E BRAGANÇA, 2012). Além de recursos naturais tão caros aos demais países como minério, água e solo, o Brasil tem enorme potencialidade agrícola e habitacional.

4.9. *Sonhos Verdes, Bandeiras Vermelhas*

Não seria exagero afirmar que o ambientalismo, tal qual o indigenismo, estão à esquerda do espectro político. Sobretudo se considerarmos a natureza revolucionária e virulenta, além de anticapitalista, de seus ideólogos e propagadores. Exceto que conservadores como Roger Scruton, religiosos como Sayeed Hossein Nasr ou mesmo estudiosos de simbologia e religião comparada como Olavo de Carvalho e Mircea Eliade entenderem a importância de se conservar determinadas áreas em virtude de seu valor histórico, cultural e ecológico propriamente, mas sem ceder ao exagero lamentável de arautos do discurso torpe a que chamam ecocídio. Quer seja, a expressão correta deveria ser “Desenvolvimento Racional” em vez do falacioso “Desenvolvimento Sustentável”.

Embora a maior parte dos partidos políticos adiram às bandeiras, diretrizes e discursos da sustentabilidade, não poderemos afirmar que o movimento ambiental internacional estaria à direita do espectro político, menos ainda no espectro conservador. Sobretudo porque é a ideologia de esquerda, especialmente a revolucionária, quem se transformou em porta voz da

sustentabilidade. O exagero, o alarmismo desnecessário, a histeria alucinante de arautos da causa verde internacional tem recebido a alcunha de ‘melancias’, seriam, pois, verdes por fora (CONSTANTINO, 2013), mas vermelhos por dentro. Certamente tratar questões dessa envergadura nestes termos seja reducionista, infantil até, mas há muitos paralelos se observarmos à luz de suas propostas.

Um dos pilares do ambientalismo é restringir liberdades que são delegadas ao Estado em crescente poder e controle através de burocracia, sobretudo uma burocracia internacionalista – globalista – como o foram os ditames do comunismo internacional (PAOLA, 2008).

A aparente inconsistência de tal designação – melancia – não nos pode enganar, não podemos desprezar, tampouco, que ainda que sejam os globalistas endinheirados os grandes partidários de bandeiras verde, é Michael Gorbachev quem fundou os pilares da ecologia internacional em idos da década de 1990.

Na Perestróika estão a base e os fundamentos importantes de um governo mundial e a estrutura de um futuro comum administrado desde uma central única com viés ambientalista, verde, sustentável (BERNADIN, 2015).

Além disso, a Agenda 21 ecoa firmemente as vontades e visão de mundo de Michael Gorbachev.

A Agenda 21 é um documento com propostas governamentais de alcance global originária do encontro Rio 92 que ocorrera no Brasil.

Gorbachev assegura:

“Paralelamente à ameaça nuclear, o novo modo de pensamento político considera a solução dos quatro problemas globais, aí compreendidos o do desenvolvimento econômico e da ecologia, enquanto condições indispensáveis para se assegurar uma paz justa. (GORBACHEV, *apud* BERNADIN, 2015, p. 71).”

Como se pode depreender, ao considerarmos o que chamam de “solução de problemas globais” quanto à economia e à ecologia é notória a proposta globalista por meio da questão ambiental. Logo o “Buraco na Camada de Ozônio” ou o “Aquecimento Global” ‘são navios quebra-gelo’ que exigem soluções supranacionais que em última instância enfraquecem a soberania nacional de países que se submetem às leis internacionais quanto tais temáticas.

Bernadin evidencia:

“Isso se aplica não apenas ao desarmamento, à desmilitarização das atitudes mentais e da sociedade mesma, mas também às preocupações gerais pela humanidade, tais como os riscos

ecológicos, o futuro dos recursos energéticos, a política sanitária, a educação, a alimentação, o crescimento demográfico, a agressão midiática e assim por diante. (BERNADIN, 2015, p.71).”

Tal assertiva dispensa comentários, ou dispensaria num mundo de pessoas racionais. O caráter ditatorial e opressivo se reitera no texto algumas vezes, os conquistadores antigos ficariam abismados com tamanha ousadia de poder proposta pelos revolucionários modernos.

Em toda sociedade desarmada e desmilitarizada prospera o banditismo e a impunidade, além de estarem sujeitas à ditadura local, que no mais das vezes são étnicas, tribais ou religiosas. Quanto ao Brasil e sua política de desarmamento, saliente-se a enorme violência a que está sujeita a população com crescentes recordes de toda sorte de crimes nas últimas décadas (BARBOSA, 2012).

A verve globalista salta aos olhos, bem como a tese da Mentalidade Revolucionária quanto aos “riscos gerais pela humanidade” e “o futuro dos recursos”, respectivamente.

O caráter globalista e ditatorial, anticivilizacional e familiar é mais que patente quando é aí sugerido “preocupações gerais pela humanidade” ou “o crescimento demográfico”, pois tal pensamento converge às propostas abortistas discutidas em capítulos anteriores.

Certamente as diretrizes dos partidos políticos ressoam aspectos da Nova Era e do globalismo. Gorbachev em seu livro “Em Busca de um Novo Começo” deixa evidente que seu objetivo é a conquista de consciências através da ecologia, da sustentabilidade e de ações educacionais oriundas da ONU.

Gorbachev:

“A ‘ecologização’ da política é a afirmação da prioridade dos valores comuns à humanidade, enriquecendo, desde a infância, a educação e a formação com um conteúdo ecológico, e desenvolvendo uma relação nova e moderna com relação à natureza. Ao mesmo tempo, a ‘ecologização’ da política é o retorno da humanidade à consciência de seu pertencimento à natureza. O aperfeiçoamento moral da sociedade e o amadurecimento da civilização são impossíveis sem tal. (GORBACHEV, *apud* BERNADIN, 2015, p. 73).”

Revela-se na relação ‘nova e moderna’ do Homem em relação à Natureza a perspectiva da Nova Era ensinado às crianças desde a mais tenra idade conforme o próprio Gorbachev sugere ao falar de ‘educação e formação com um conteúdo ecológico’. A esta altura do que vai acima escrito crê-se desnecessário reiterar o objetivo de educação doutrinadora originária na Organização das Nações Unidas como bem pontua Pascal Bernadin em seu esclarecedor livro *Maquiavel Pedagogo*. Na fala de Gorbachev fica evidente que o controle de comportamentos é originário na ONU e levado mundo adiante.

Ainda Gorbachev:

“Nós precisamos de um novo sistema de valores. Pois o sistema de valores ocidental (e, ainda, cristão, acrescentaríamos) é “cada vez mais anacrônico”. Os novos valores propostos são aqueles das “religiões mundiais e das grandes doutrinas humanistas. (GORBACHEV, *apud* BERNADIN, 2015 p 73).”

É mais que evidente que Gorbachev é um pilar do globalismo que destrói inteligências, perspectivas nacionais e luta pela mundianização das referências. Evidentemente a ONU, através de seu currículo educacional, serve a tal propósito. Além de Gorbachev ser referência quanto à ecologia internacional, também o é porta voz da Nova Era e da descristianização da sociedade ocidental como seus textos e idéias nos permitem compreender.

Em ‘novo sistema’ de valores Gorbachev se refere certamente aos valores da Nova Era e às mais esdrúxulas e mesquinhas mentalidades alicerçadas pela cartilha do ambientalismo e do indigenismo, tudo isto respaldado pela Carta da Terra e pelos documentos de natureza ambientalistas e alarmistas originários da ONU e ensinados nas escolas do ocidente (BERNADIN, 2013). O objetivo é voltar ao paganismo (CARRASCO, 2001). Destruir os valores da Cristandade e substituí-los por simulacros civilizacionais. Atacar as bases do ocidente e instaurar o império autoritário do pensamento único legitimado pela Mentalidade Revolucionária. O ambientalismo é um dos mais fecundos elementos na destruição das soberanias nacionais e leva a passos largos os países ao Governo Mundial.

Ademais, ‘os novos valores’ de que fala Gorbachev procuram transformar o alicerce do Ocidente, solidamente constituído sobre Jerusalém e o cristianismo, Atenas e sua grandiosa filosofia e Roma com sua base jurídica – definição inspirada no então Papa Bento XVI – e instaurar o império ecológico do Decálogo da Carta da Terra. Gorbachev endossa, sobretudo com suas idéias, ainda que não queira, os objetivos deglobalistas endinheirados.

A aparente dicotomia do ambientalismo radical – associado à esquerda – e os globalistas e banqueiros internacionais – associados à direita – é prego na areia se olharmos para tal questão despidido de ideologia que cega a maior parte dos estudiosos (VOEGELIN, 2006).

O Governo Mundial é financiado com dinheiro de banqueiros globalistas, mas colocado em prática, pouco a pouco, por grupelhos locais de verve esquerdista revolucionária. A bandeira é verde, mas os sonhos são vermelhos.

Gorbachev elucida bem tal questão:

“A meu ver, a atitude individual com relação à natureza deve tornar-se um dos principais critérios que assegurarem a moralidade. Nos dias de hoje, não basta mais dizer ‘não matarás’. A educação

ecológica implica, sobretudo, respeito e amor por todos os seres vivos. É aqui que a cultura ecológica e a religião se encontram. (GORBACHEV, *apud* BERNADIN, 2015, p. 73).”

A bandeira de respeito e amor por todos, inclusive pelos animais, é típica das esquerdas em sua narrativa histórica, entretanto, se estudarmos a história do comunismo nos depararemos com enorme morticínio, ditaduras, perseguição e intolerância inimagináveis, invariavelmente. Entretanto, tais discursos perfazem os ideários das esquerdas e são eles quem endossam o discurso de Gorbachev, porém, são os globalistas quem os financiam (ESTULIN, 2005).

A musa do ambientalismo brasileiro, Marina Silva, assevera que é evidente a importância das causas partidárias tradicionalmente de esquerda defenderem o planeta Terra, diz sobre sua indissociabilidade:

“Chico Mendes talvez não soubesse o que queria dizerecologia, e muito menos holocausto ecológico, quando começou sua romaria pela floresta para organizar a peãozada dos seringueiros – primeiro no sindicato dos trabalhadores rurais, e depois para criar o PT. Ele acabou juntando numa bandeira só a luta ecológica, a luta sindical e a luta partidária, porque sabia que são indissociáveis”. (MARINA SILVA, *apud* ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p. 61).”

Acrescente o globalismo à fala de Marina Silva.

Muitos críticos ao ambientalismo associam à esquerda, os próprios ambientalistas, no mais das vezes assim o fazem, todavia em boa parte são mera massa de manobra de globalistas que objetivam o Governo Mundial que terá estrutura digna das sociedades comunistas, isto é, autoritárias, fortemente hierárquicas e fortemente contrárias – assassina inclusive – a pensamentos e pensadores distintos.

4.10. Indigenismo e Invenção de Povos

Decorridos duas gerações de miscigenação, ou na geração seguinte, a maior parte dos indígenas brasileiros já não mais se identificam como tais, aliás desde o século XVII seus valores e culturas foram fortemente alterados. Além disso, índios, sobretudo os miscigenados, que convivem com não índios já não se declaram mais indígenas hodiernamente.

É necessária a atuação de ONGs estrangeiras para lembrá-los que são índios e assegurarem que defendem seus direitos que remontam à suposta dívida histórica. Trata-se de evidente neocolonialismo (LINO, 2005). Quando não, ONGs internacionais inventam tribos indígenas a fim de obterem hordas territoriais do Brasil onde há os mais importantes e valiosos minérios (MENNA, 1995). Em tal cenário prosperam as bandeiras de ressentimento que dividem a sociedade brasileira entre brancos exploradores, especialmente os atuais

produtores rurais, e tribos indígenas que seriam 'nosso bom selvagem da contemporaneidade'.

A propósito de invenção de tribos indígenas o coronel Carlos Alberto Menna Barreto publicara, em 1995, livro sobre seus estudos *in locu*, na Floresta Amazônica. A obra intitulada *A Farsa Ianomami* descreve o assédio de ONGs internacionais ao governo brasileiro por meio da mídia, de ações que desrespeitam nossa soberania e de fraudes laudatórias quanto à existência de tribos (PAOLA, 2008; MENNA, 1995).

Tais disparates, segundo Heitor de Paola, têm o objetivo de fragilizar as soberanias nacionais na América Latina, pois:

“Um outro perigoso movimento destinado a fragmentar as nações latino-americanas é o chamado ‘Movimento pelos Direitos Indígenas’, grupos que operam em quase todos os países do continente. Onde não há indígenas nativos, missionários e antropólogos estrangeiros os constituem. Esse movimento é financiado, dirigido e promovido desde o exterior como uma força dirigida explicitamente contra o Estado Nacional. (PAOLA, 2008, p. 269).”

O Brasil, lamentavelmente, leva adiante "política indigenista lamentável, para não dizer caótica" como bem pontuou o então comandante da Amazônia, General Augusto Heleno, em 2008⁴.

O General Augusto Heleno vocaliza, curiosamente, as percepções de tribos indígenas brasileiras, além de expressar o conhecimento de quem vive o dia a dia das florestas úmidas brasileiras onde atuam uma enormidade de ONGs internacionais cujos objetivos são obscuros e em grande parte lesa-pátria (CARRASCO, 2001).

Ou seja, a política indígena brasileira se deixou influenciar por grupelhos internacionais – disfarçados de religiosos – que visam inverter o processo civilizatório levado ao interior do Brasil por bandeirantes, jesuítas e homens de coragem como Marechal Rondon (PEREIRA, 2007; PAOLA, 2008).

Bem pontuou Lorenzo Carrasco tal celeuma, pois há:

“Manipulação direta de argumentos ambientais ou étnicos, para

⁴<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/04/393029-politica-indigenista-e-lamentavel-e-caotica-diz-general.shtml>. O General Augusto Heleno que foi comandante da Amazônia notabilizou-se por criticar a política indigenista do governo brasileiro em relação às reservas indígenas. Sobretudo quanto a extensa Reserva Raposa Serra do Sol que fora criada sob a chancela do Supremo Tribunal Federal. O general afirmou sobre os indígenas, pois "gravitam no entorno dos nossos pelotões porque estão completamente abandonados", exceto por ONGs globalistas. A fala do General Heleno evidencia que os homens do exército brasileiro sabem perfeitamente do risco que nossa soberania corre com as políticas indigenistas e ambientalista. Acesso em março de 2016.

obstaculizar projetos de desenvolvimento, particularmente no setor de infra-estrutura, como é o caso da campanha contra as hidrovias brasileiras (CARRASCO, 2001, p. 41).”

Tal campanha visa enfraquecer a economia brasileira deixando-a mais vulnerável às chantagens internacionais em ceder extensas territorialidades aos objetivos globalistas. Não só nossa economia se fragiliza, mas nossa soberania. Quando a sociedade é dividida, desde dentro, como se vê no caso dos indígenas e dos negros (chamados atualmente de quilombolas) tiram-lhe a força e o sentimento de união e identidade nacional. É a famosa lógica de dividir para conquistar.

Some-se à tal divisão étnica os ataques perpetrados à tradição cultural brasileira e teremos um povo sem alicerce cultural que cede dia a dia, em interesses estranhos à sua soberania, que se realiza através de reservas ambientais – legisladas desde a ONU – e reservas indígenas, cujos povos podem questionar independência. A propósito de independência de tribos indígenas e verdadeira fragmentação do território brasileiro, um dos maiores e importantes sertanistas do Brasil, Orlando Villas Boas, alertou em vídeo bastante conhecido na internet⁵. Isso nos anos 1970.

Percebe-se, portanto, quão lamentável e caótica são os temas correlatos aos indígenas brasileiros. A pressão exercida por ONGs estrangeiras junto aos representantes brasileiros a fim de dividir o Brasil em extensas terras indígenas se enquadra no que chamamos de ‘perda de soberania’, pois, assim como ocorre com as Reservas Ambientais, as terras indígenas passam a restringir o acesso do brasileiro a tais regiões e têm legislações específicas que devem estar em conformidade com diretrizes da Organização das Nações Unidas. É declarado o objetivo de fragmentar o Brasil (PAOLA, 2008). A tão sonhada relativização da soberania amazonense proposta por Gorbachev se realiza com as reservas ambientais e indígenas.

Entretanto, vale ressaltarmos a celeuma jurídica que as Reservas Indígenas deveriam aclamar na sociedade brasileira, pois segundo a Constituição Federal, em seu artigo 231, que trata das Terras Indígenas, compete “à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p 174) e não sob a pressão de *lobbies* ambientais, tampouco compete às ONGs estrangeiras, muito menos à Organização das Nações Unidas. Isso porque a Convenção Internacional do Trabalho, organização da ONU, “estatui o direito de autodeterminação dos povos indígenas e tribais, incluindo o direito de fazer leis próprias, regulamentos, convenções, tratados etc” (*apud* PAOLA, 2008, p. 270) em evidente discurso que lesiona a soberania dos países onde há tribos indígenas como é o caso do Brasil.

⁵É famoso o alerta do sertanista Villas Boas. Segundo se pode cotejar em sua fala sobre a “Nação lanomami”, pois: “as tribos indígenas pediriam indepência do Brasil. E a ONU vai dar.” Não soa estranho, portanto todo esforço feito no sentido de dividir a sociedade etnicamente, em territórios indígenas e quilombolas, para fragmentá-los desde fora com ações militares – se necessário –, com legislações lesa-pátria etc. em lamentável destruição das soberanias nacionais. Tais palavras do sertanistas se encontram em sítio do YouTube. Acesso em março de 2016.

Ademais, são Bens da União, como prevê o artigo 20 da Constituição Federal, em seus incisos IX e XI, respectivamente: “os recursos minerais, inclusive os do subsolo” e “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 40). Em outras palavras, a riqueza mineral, bem como as Reservas Indígenas são inalienáveis, mas não é a isso que se assiste quanto às demarcações de Terras Indígenas. Outrossim, há demasiado esforço, por parte das ONGs, sobre a idéia de Territórios Indígenas, em vez de Terras Indígenas, que tiraria do Brasil todo seu direito sobre tais regiões perante a comunidade internacional. Evidencie-se que Territórios Indígenas evocaria uma pátria, um povo soberano independente do Brasil e, certamente, a fragmentação do território nacional.

Os indígenas brasileiros sofrem toda sorte de assédios por grupos globalistas e ONGs internacionais pela ausência do Estado brasileiro. O real interesse dessas ONGs é ter acesso aos recursos minerais brasileiros, já os globalistas sonham em fragilizar a soberania nacional e destruir nossa economia. É por meio de missões supostamente religiosas que grupelhos internacionais se aproximam de nossos indígenas (OLIVEIRA, 2008). Tais missões relativizam a cultura ocidental e cristã e nutrem forte empreitada contra os valores da sociedade brasileira em pleno solo nacional (OLIVEIRA, 2008). Há aqui forte impulso anticivilizacional, miserabilista – que é o culto ao primitivo – e amante da miséria material. Este impulso é disseminado na sociedade brasileira sobretudo para os jovens, não por acaso muito da nossa juventude militante e ativista – especialmente nas universidades – é partidária do indigenismo mais radical que reverberam o relativismo cultural tão típico da Nova Era e fecundo na Mentalidade Revolucionária:

“A disseminação do irracionalismo e do “pessimismo cultural” entre a população em geral, fazendo com que pessoas educadas aceitem sem questionamento a subordinação das políticas de promoção do bem-estar e do desenvolvimento da sociedade em geral a requisitos – geralmente injustificados – de “proteção do meio ambiente” (CARRASCO, 2001, p. 40).”

Nota-se, portanto, a valorização da miséria em nome do meio ambiente. Este é um dos objetivos do ambientalismo e indigenismo, ademais:

“Um subproduto desse impulso é a formação de uma imagem negativa da ciência e da tecnologia, que passam a ser consideradas “inimigas do meio ambiente” (...) a intenção é colocar o meio ambiente – acrescentaria o tribalismo indígena – no centro da organização da sociedade humana. (CARRASCO, 2001, p.40).”

Evidentemente o indigenismo, bem como o ambientalismo, têm três objetivos:

1. Destruir e relativizar os valores ocidentais na sociedade brasileira;

2. Relativizar a soberania nacional através de Reservas Ambientais, Indígenas e Quilombolas; e
3. Dividir etnicamente o Brasil para futura fragmentação nacional.

Se não houver índios suficientes a tanto, inventamos. É o caso dos lanomâmis que passou a fazer parte do noticiário a partir de uma farsa levada adiante por uma ativista belga (BARRETO, 1995).

No livro do General Carlos Alberto Lima Menna Barreto, “A Farsa lanomâmi” de 1995, ele descreve precisamente o *modus operandi* de organizações estrangeiras e ONGs internacionais no processo de criação de mitos históricos e até tribos indígenas. Disseca os objetivos de tais ONGs como bem fizera o professor Plínio Corrêa de Oliveira em seu livro “Tribalismo Indígena: Ideal comuno-missionário para o Brasil no século XXI” de 1978, relançado em 2008.

O que vimos ocorrendo no Brasil em recentes criações de Reservas Indígenas já havia sido alertado tanto pelo General, quanto pelo professor Plínio. Pois a criação de tais Reservas objetiva relativizar nossa soberania e contribuir à causa globalista de enfraquecimento das nações e povos. Como bem pontuou o maior indigenista brasileiro, citado acima, Villas Boas

São os próprios grupos missionários e “ongueiros” que trabalham junto às tribos quem dizem, não querem enxergar nossos homens do poder.

Em documento para “Organizações Missionárias no Brasil”, o grupo ‘Christian Church World Council’, uma espécie de CIMI, conselho indigenista missionário, um dos grupos indigenistas que mais fortemente atua no Brasil pontuou diretrizes a muitas ONGs que agem no Brasil e América Latina:

“A Amazônia(...) é considerada um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área aos países acima mencionados (referindo-se ao Brasil, Venezuela etc.) é meramente circunstancial... (PEREIRA, 1995, p. 188).

Como se vê há muita gente que defende a internacionalização da Amazônia.

“É nosso dever: impedir, prevenir, lutar, insistir, convencer, enfim, esgotar todos os nossos recursos que, devida ou indevidamente, possam redundar na defesa, na segurança, na preservação desse imenso território e dos seres humanos que o habitam e que são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente dizem lhes pertencer. (PEREIRA, 1995, p 188).”

E assim segue o manifesto fim da soberania brasileira, apregoado pelo globalismo. O indigenismo, como podemos cotejar, trata-se de um meio de acesso ao território e suas riquezas.

4.11. Quilombolas e o Brasil Lesado Nacional e Territorialmente

Assiste-se no Brasil uma tentativa de reescrita da história sob o pretexto de minimizar, ou mesmo reparar, suposta dívida histórica para com certas etnias de nosso povo, pois a natureza ordeira e miscigenada da nação brasileira (RIBEIRO, 1995) dá lugar à divisão racial (BARRETO, 2008) e tribal (OLIVEIRA, 2008; PAOLA, 2008) de nosso povo. A princípio, tal feita se fizera com indígenas quando missionários progressistas, doravante a década de 1960, procuraram isolar os indígenas da civilização judaico-cristã – que fundamenta os valores de nossa pátria – sob a desculpa de preservar as culturas primitivas (OLIVEIRA, 2008).

Hoje, são os negros – compreendidos como quilombolas – que são apartados etnicamente e territorialmente da sociedade brasileira sob a força de discurso revisionista tão em voga recentemente. Segundo Nelson Barreto:

“A prevalecer este disparate, o Brasil deixará de ser mestiço para ser dividido em raças. A luta de classes será substituída por uma pretensa luta de raças. A propriedade não será mais particular, mas tribal, isto é, coletiva ou comunitária, para não dizer neocomunista.” (BARRETO, p. 11, 2009)”

Deflagram-se no horizonte bandeiras lesa-pátria, enquadradas no que acima se discute neste trabalho quanto à Mentalidade Revolucionária. Além disso, bandeiras desumanas (CARRASCO, 2001).

Coaduna-se à empreitada da divisão racial no Brasil, além dos indígenas, os negros, e para tanto se pretende a criação de Reservas Quilombolas em notória tentativa de fragmentar nosso povo.

Conforme dito em capítulo anterior, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da ONU, estatui direito a propósito da autodeterminação dos povos (PAOLA, 2008), logo não seria exagero alertar que os povos indígenas e tribais procurarão e tentarão, sob a anuência da ONU, constituir-se em Estados independentes (PAOLA, 2008) dentro dos demais territórios nacionais no mundo, inclusive no Brasil.

Segundo Heitor de Paola:

“O Brasil supera a todos os demais por uma situação característica de nosso país: a existência dos *Quilombolas*. Os descendentes dos habitantes dos antigos quilombos, redutos de

negros refugiados da escravidão, de acordo com o Artigo 68 da Constituição Federal tem o direito de propriedade definitiva dos territórios, desde que estejam ocupando as suas terras. (PAOLA, p. 270, 2008)”

Em 2003 decretou-se legalmente, a partir do Decreto 4.887, que para a mediação e a demarcação de terras quilombolas – Reservas Quilombolas – serão considerados os critérios de territorialidade que indique os remanescentes comunitários de quilombos (PAOLA, 2008). Ou seja, comunidades que se identifiquem com a causa quilombola e que se sintam aliados, de algum modo, da sociedade brasileira poderão demarcar comunitariamente que suas terras são quilombos e brancos não serão bem-vindos, em notória afronta à Constituição Federal.

Pleiteia-se extensas territorialidades como Reservas Quilombolas em casos de destruição da integridade étnica e territorial brasileira como se assistiu e assiste com os índios e com nossas florestas, respectivamente (BARRETO, 2009).

Ainda que se pretenda minimizar problemas históricos, ou mesmo pagar a suposta dívida histórica do Brasil aos negros dos quilombos, o que temos é realidade totalmente diferente, pois invariavelmente o que se vê nas comunidades quilombolassão agrupamentos humanos apartados do Brasil forçosamente pela Mentalidade Revolucionária na tentativa de construir um futuro de glórias.

Há um documentário, cujo título é “Identidade Cultural – Quilombo Kalunga”, produzido por Ricardo Botelho e HolardGuilarde, onde filmam o modo e as condições de vida no Quilombo Kalunga, o documentário nos dá algumas pistas do que são os quilombos brasileiros.

Tal Reserva se localiza na Chapada do Veadeiros, no estado de Goiás. Segundo o documentário, o povo que aí vive fugiu, há 200 anos, de fazendas escravocratas que haviam na região e se instalaram no que chamavam Quilombo – hoje Reservas Quilombolas. O documentário evidencia o modo de vida peculiar no quilombo, elementos de sua cultura como danças e festividades, além de sua agricultura de subsistência. Suas casas são feitas de tijolo adobe e cobertas com palhas de cerqueiros pindaba. Vivem à margem da sociedade brasileira, alimentam-se basicamente de milho, mandioca e da caça em notória subnutrição. Não têm luz elétrica e a luminosidade é em lamparinas à base de azeite de mamona que é produzida no próprio quilombo.

Sobre o Quilombo Kalunga fora feito uma reportagem para a TV Record. O programa que mostrou a tal reportagem chama “Investigação Record – As Eternas Escravas” e foi exibido em 15/06/2015. Pode-se assisti-lo no YouTube sob o título Eternas Escravas.

Consta na reportagem, como no documentário, apresentado por Domingos Meirelles, que o Quilombo Kalunga está a 320 km de Brasília e, portanto, é de difícil acesso nos rincões do Cerrado. Teria origem há 200 anos, conforme o documentário sugeriu, de escravos que fugiram de Minas Gerais. A

comunidade só foi “redescoberta” nos anos 1960. Seu tamanho é maior que o município de São Paulo, saliente-se que na cidade de São Paulo habitam 12 milhões de pessoas segundo o IBGE. No Quilombo a estimativa é que aí vivem 8000 mil pessoas. A ausência de condições mínimas salta aos olhos, pois não há saneamento básico, energia elétrica, água encanada, hospitais, muito menos, escola. Suas casas são de barro – tijolo adobe. Alimentam-se de arroz, mandioca e milho em plantações de subsistência. A ida ao médico dura dias de caminhada.

A população do Quilombo tem acesso, controversamente, ao mínimo de civilidade no município de Cavalcante, em Goiás. Em tal município muitas meninas do Quilombo relataram abusos sexuais, estupros, além do notório escravismo doméstico e sexual que submetem às meninas.

As meninas que saíam do quilombo para estudar no município são presas fáceis aos homens que vivem na cidade. Os relatos da reportagem denotam a presença do coronelismo através da chantagem, pois os homens acusados de abuso intimidam a população do quilombo à revelia da lei e do poder público local.

O lamentável relato da população do Quilombo Kalunga nos chama à atenção para algumas questões humanas, pois os movimentos tribais e raciais no Brasil não vêem que a luz do Sol há muita injustiça naquele que seria o pagamento de dívidas históricas? Tal constatação evidencia que o debate sobre os Quilombolas em nosso país serve apenas para fragmentar o Brasil etnicamente e territorialmente.

5. Reservas em Áreas: Um Escândalo de Proporções Continentais

O agrônomo e coordenador da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Evaristo de Miranda fez um excelente trabalho levantando dados a propósito das áreas destinadas às Reservas Ambientais, Índigenas e Quilombolas no Brasil, discutidas nesse trabalho.

Evaristo de Miranda é profundo conhecedor da geografia brasileira e autoridade em assuntos ecológicos, doutorou-se em Ecologia pela Universidade de Montpellier, na França.

Hoje, coordena o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE/Embrapa) e é Chefe Geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, tais funções lhe possibilitaram estudar, levantar dados e mapear as áreas destinadas às reservas aqui discutidas.

Evaristo de Miranda é preciso quanto à revelia do governo brasileiro em relação à fragmentação do território nacional segundo interesses de grupos estrangeiros:

“Em 25 anos, o Governo federalizou quase 35% do território nacional destinando-o a unidades de conservação, terras indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária. Sem planejamento estratégico adequado, esse conjunto de territórios resultou essencialmente da lógica e da pressão de diversos grupos sociais e políticos, nacionais e internacionais” (MIRANDA, Evaristo de. Notícias Agrícolas. Em: <http://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-geral/143676-sem-medo-da-verdade.html#.Vx-eol25fIV>). Acesso em abril de 2016.)

Além de indiferente aos reais interesses da pressão internacional ao território nacional, nossos governos são protagonistas de tais crimes lesa-pátria (PAOLA, 2008). No mais, os governos brasileiros dos últimos anos são grandes entusiastas da fragmentação do Brasil em reservas.

Evaristo de Miranda traz dados sobre as áreas engessadas no Brasil e as mapeia. Seu trabalho levanta dados não apenas das reservas, mas também de áreas destinadas à eventual reforma agrária. Baseou-se em dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou seja, dados do governo brasileiro. Além de estarrecedor, seu trabalho é enriquecedor, aliás, segundo Miranda quase 35% do território nacional é algum tipo de reserva, enquanto a área produtora no Brasil é de apenas 25%. Ademais, segundo o Código Florestal, nas próprias propriedades rurais, a depender do bioma e região em que se encontra, há as chamadas Reservas

Legais. Segundo os ambientalistas um produtor rural da Amazônia deve ter 80% de sua propriedade destinadas às Reservas Legais, por exemplo, em notória tentativa de inviabilizar a produção agropastoril.

Tais dados corroboram a tese central deste trabalho, pois extensa territorialidade do Brasil se destina a reservas que em última instância ferem nossa soberania (LINO, 2005; CARRASCO, 2005; PAOLA, 2008; ORLEANS & BRAGANÇA, 2012).

Grande parte das áreas engessadas no Brasil se encontram na região norte e centro-oeste do Brasil como se pode cotejar com o mapa da FIGURA 1:

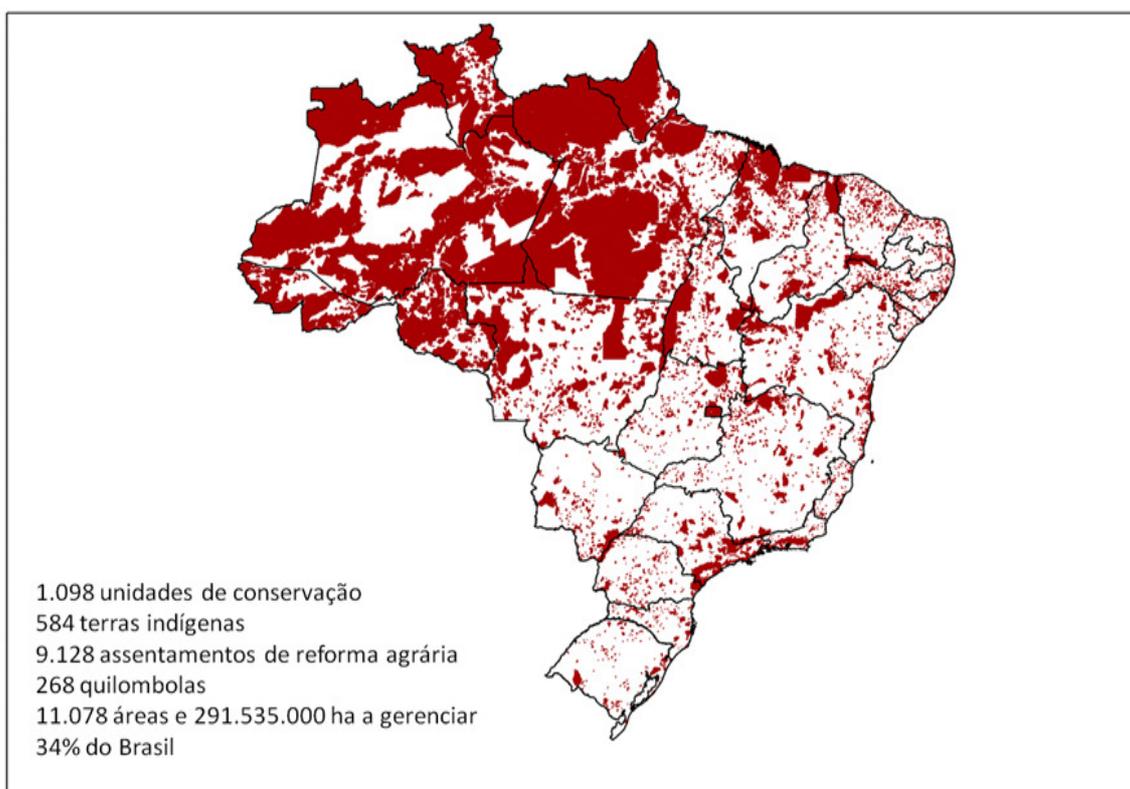


Figura 1. Repartição Espacial do Conjunto de Áreas destinadas às Unidades de Conservação (UCs); Terras Indígenas; Quilombolas e Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. (Fonte: MIRANDA, 2014).

Ressalte-se que as regiões em que há mais áreas destinadas ao engessamento do país, travestidas de reservas, encontram-se nos estados da região norte e centro-oeste como supracitado. Regiões que abrigam em seu seio toda a riqueza da Floresta Amazônica, do Cerrado e do Pantanal brasileiros.

Não seria por acaso, pois a Floresta Amazônica, a qual foi pouco ocupada historicamente pelos brasileiros, mas que custou muito para que pertencesse ao Brasil (PEREIRA, 2007). Hoje, como sempre, a região amazônica atiaa cobiça internacional em virtude de suas riquezas naturais. Ademais, o centro-oeste brasileiro mantém todas as condições de se tornar o celeiro do mundo num cenário mundial de 10 bilhões de pessoas como se projeta às próximas décadas, exceto se continuar sendo engessado através de reservas (LINO, 2005; CARRASCO, 2001; ORLEANZ E BRAGANÇA, 2012).

Até meados de 2013, o Ministério do Meio Ambiente assegurava que existiam 1098 Unidades de Conservação no território nacional. A área dessas unidades, que são as famosas Reservas Ambientais, girava em torno de 17% do solo brasileiro (MIRANDA, 2014). A maior parte das Unidades de Conservação se encontra no norte do Brasil como podemos ver no mapa da figura 2:

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs)

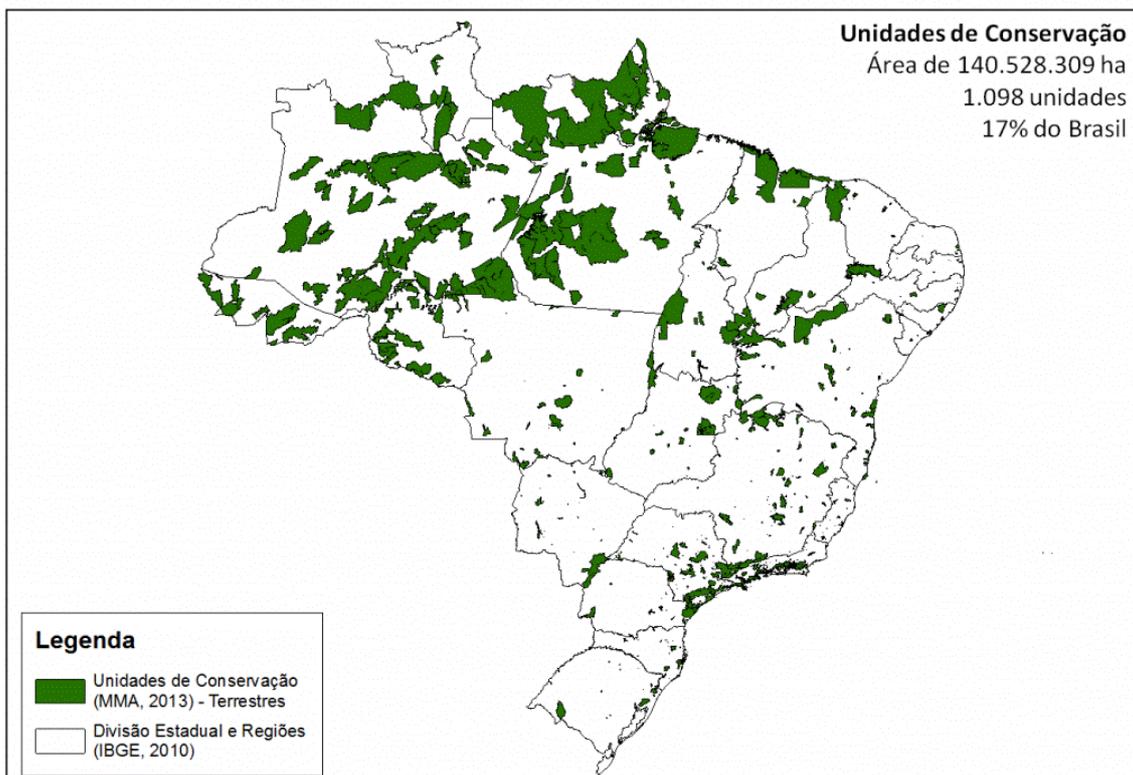


Figura 2. Repartição Espacial das Unidades de Conservação - Reservas Ambientais. (Fonte: MIRANDA, 2014).

Como se denota, percentagem significativa do território nacional é constituído de Unidades de Conservação onde é proibido, sob força de legislação ambiental, qualquer atividade humana, inclusive pesca e agricultura (MIRANDA, 2014). Diferentemente de outros países onde, em tais Reservas Ambientais, é permitida a caça como meio de vida e atividade que reequilibra o ecossistema (GRAZIANO, 2003).

As Reservas Ambientais brasileiras perfazem perfeitamente os objetivos de líderes internacionais que pretendem atrelar um status de soberania relativa às nossas riquezas e território. É preocupante que muitas Unidades de Conservação se encontrem em áreas fronteiriças, porque além de gerarem insegurança quanto a real ocupação do povo brasileiro em tais regiões no futuro, resulta daí uma fronteira pouco vigiada e sujeita a toda sorte de crime, desde tráfico de armas ilegais, drogas e pessoas, até o contrabando de madeira, minério e recursos naturais de toda ordem.

Outras áreas engessadas do Brasil e também fronteiriças em centenas de quilômetros são as Reservas Indígenas. Ainda que a população indígena

brasileira seja de aproximadamente 1 milhão de habitantes, as Reservas Indígenas ocupavam 13% do território nacional, sob o nome de Terras Indígenas (MIRANDA, 2014).

Tais quais as Reservas Ambientais, é na região amazônica que se encontra a maior parte das Terras Indígenas como se pode ver no mapa da figura 3:

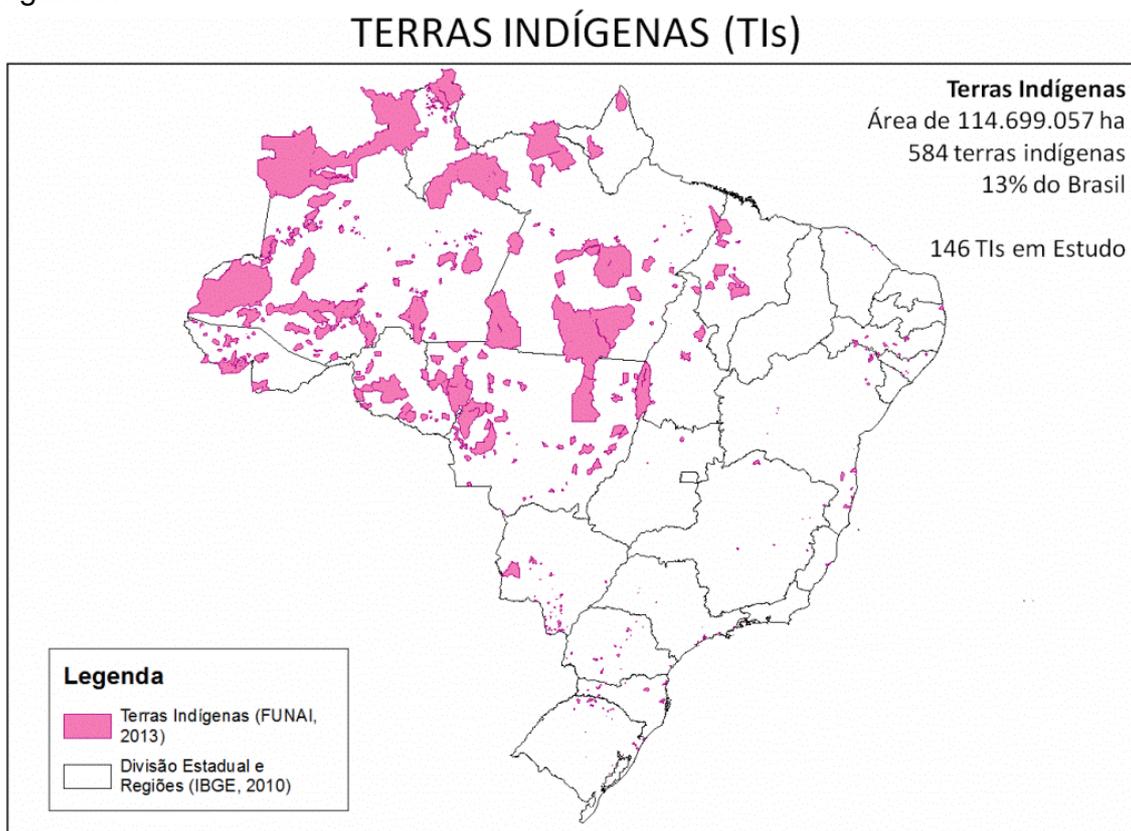


Figura 3. Repartição do Brasil em Terras Indígenas.(Fonte: MIRANDA, 2014).

Somadas as áreas de Reservas Ambientais e Indígenas temos 30% do território brasileiro. Segundo Miranda:

“Segundo a FUNAI, 584 terras indígenas ocupam aproximadamente 14% do território nacional. Reunidas, essas duas categorias de áreas protegidas, eliminando-se as sobreposições, ocupam 247 milhões de hectares ou 29% do país.” (MIRANDA, Evaristo de. Notícias Agrícolas. Em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-geral/143676-sem-medo-da-verdade.html#.Vx-eol25fIV>>. Acesso em abril de 2016.).

Some-se a isso as Reservas Quilombolas que têm crescido no Brasil nos últimos anos, sob o pretexto de reparação às injustiças históricas, como se discutiu acima. Vivemos uma revolução quilombola (BARRETO, 2009).

Os dados oficiais do governo são irrefutáveis quanto ao tamanho de áreas engessadas em reservas ou destinadas à reforma agrária.

Segundo Miranda:

“Pelos dados do INCRA e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, as 268 áreas quilombolas decretadas ocupam cerca de 2,6 milhões de hectares.” (MIRANDA, Evaristo de. Notícias Agrícolas. Em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-geral/143676-sem-medo-da-verdade.html#.Vx-eol25fIV>>. Acesso em abril de 2016.).

As Reservas Quilombolas de maior extensão estão em Goiás e no estado do Amazonas. É curioso que a origem das populações negras brasileiras se constituíram especialmente no nordeste e ao longo da faixa litorânea, não no interior. Como vemos no mapa da figura 4:

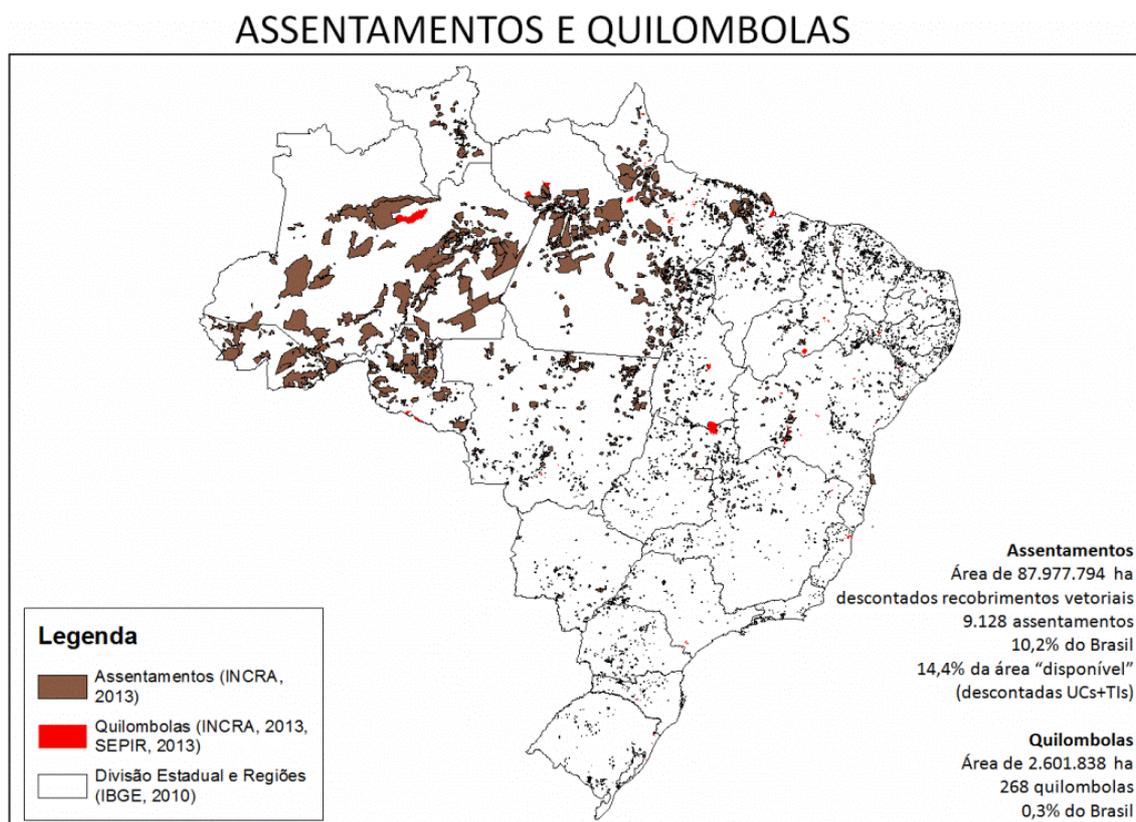


Figura 4. Repartição Espacial de Áreas Atribuídas Legalmente a Assentamentos e de Reforma Agrária e Quilombolas no Brasil. (Fonte: MIRANDA, 2014).

Como se verifica, significativas áreas ao assentamento rural também se localizam na região norte do país, especialmente nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Acre.

6. Considerações Finais

Notou-se através da discussão, em capítulos anteriores e sob o diagnóstico esparso de referência bibliográfica, que o debate em relação às questões ambientais, indígenas e tribais, em nosso país é matéria de polêmica e controversa. Ao contrário do que se parece à primeira vista, resta-nos claro que o "Aquecimento Global", por exemplo, é matéria onde o suposto consenso científico não é suficiente para que aceitemos suas assertivas como verdadeiras. E mais, ainda que haja forte tendência favorável na grande mídia quanto à demarcação de reservas ambientais, indígenas ou mesmo quilombolas, fica-nos claro que não é tão simples aceitar tais propostas sem se investigar o que move os movimentos favoráveis a tais reservas.

Não seria exagero afirmarmos que vivemos uma crise sobre a percepção da Natureza, sobretudo no Ocidente que se urbanizou e industrializou mais significativamente se comparado às sociedades do Islã, do Hinduísmo, do Budismo etc. Não por acaso os assuntos aqui expostos ganham forte eco nas sociedades ocidentais (NASR, 1968). Entretanto, as bandeiras ecológicas são desfraldadas com viés político e reiteradamente são usadas com fins contrários ao Brasil como se pôde cotejar.

A crise, erroneamente chamada ecológica, que vivemos está diretamente associada à cosmovisão do Homem e sua percepção da Natureza, pois tal crise é tipicamente Ocidental (NASR, 1968; CARVALHO, 2010) e não se vê, na mesma proporção, nas sociedades tradicionais do Oriente, nem no Islã, nem no Hinduísmo, tampouco em sociedades tribais (ELIADE, 2013). Logo tal crise seria resultado de enorme crise de religiosidade.

Isto pois, o homem urbano e materialista, volta seu olhar à natureza sem compreendê-la em seus aspectos transcendentais e cosmológicos (NASR, 1968; MIRCEA, 2013; CARVALHO, 2010). Vivenciamos, portanto, a expressão latina *'fugure urbem'* e na tentativa de fugir do padrão urbano, sobretudo do urbano moderno, frio e quadrado, nos deixamos levar pelo ambientalismo contemporâneo.

O aspecto transcendente e harmonioso da beleza de cidades antigas se perdeu em metrópoles sujas, cinzentas e com prédios feios como qualquer "obra de arte" moderna, possivelmente este é um dos fatores que faz prosperar no Ocidente a ideologia ambiental contemporânea. Acrescidas do tribalismo de supostos povos que viveriam em harmonia com a natureza, especialmente os indígenas.

A harmonia da *'urbis'* foi substituída por arranjos modernos, meramente funcionais, e de evidente mau gosto. Andar em Brasília ou olhar o edifício Copan não traz maiores interesses se comparado ao desejo que as pessoas têm de ir ao Coliseu ou às Catedrais de todos os continentes, sem mencionar os templos helênicos, egípcios, islâmicos e toda forma de expressão arquitetônica religiosa.

E mais, nos dias de hoje tudo passa a ser matéria, esvazia-se o cosmo de percepções outras que não a dinheirista (MIRCEA, 2013) e padronizada (CARVALHO, 2010).

Tudo deixa de ser catedral, Igrejas, parques e praças e se transformam em MC Donalds, shoppings centers e arranha-céus, além de avenidas a se desfilarem com automóveis! Eis aqui uma das chaves à compreensão da ideologia verde calar fundo em nossas almas nos dias de hoje, em vistas disto surgem profetas do futuro incerto, do apocalipse verde: fim de recursos naturais, aquecimento global(?), extinção de espécies, poluição, destruição da natureza etc.

Segundo o pensador islâmico, Seyyed Houssein Nasr, em seu livro 'O Homem e a Natureza', "a crise ecológica é apenas uma exteriorização de um mal-estar interno e que não pode ser resolvida sem um renascimento espiritual do homem ocidental", isto pois, a vida urbana alterou significativamente a percepção do 'espaço-tempo', surge, portanto, o *'homo urbanus'* insatisfeito com a cidade moderna, funcional e pouco convidativa à contemplação natural e cosmológica.

Grupos ambientais se aproveitam do vazio interior humano ante à monotonia cinzenta da *'urbis'* e fundam suas seitas travestidas de movimentos ambientais. Precisa citar nomes?

Vale ressaltar Mircea Eliade, no livro O Sagrado e o Profano, "a liturgia cósmica, o mistério da participação da natureza do homem cristológico tornaram-se inacessíveis aos cristãos que vivem em uma cidade moderna", isto pois, a mecânica fria e o apito da fábrica dessacralizou pouco a pouco a natureza e as cidades. Tal dessacralização remonta às Revoluções Industriais e o conseqüente êxodo rural a partir do século XVIII no Ocidente.

O fenômeno geográfico resultante do êxodo rural é a Urbanização. Seguiu-se a tais fenômenos respostas às angústias espirituais humanas através de ciências mecanicistas, sociologias historicistas e – muitas vezes, como se verifica com o ambientalismo contemporâneo, -- pseudo-religiões e falso espiritualismo.

O materialismo histórico, o desejo meramente material resulta em

desarmonia entre o Homem e o espaço natural. Outrossim, "o conteúdo do Universo", que ao Homem antigo "tem aspecto sagrado", conforme Nasr e Eliade, deixa de sê-lo assim percebido pelo secularismo pós-industrial.

O modo de vida na '*urbis*' e a cosmovisão de seu habitante, o '*homo urbanus*', não é a de espaços heterogêneos definidos em sagrado e profano como o eram ao Homem antigo e religioso (ELIADE, 2013), mas uma confusão de percepção, uma visão estreita das coisas.

Reitere-se, pois vê-se expressões monótonas desprovidas de visões além matéria, transcendente. Não há sacralidade, tudo é funcional, matéria-prima ou mercadorias.

Na '*urbis*' o espaço é mecânico, o tempo também. Segundo o filósofo Olavo de Carvalho, em seu livro O Jardim das Aflições, "o calendário cívico ajuda a aprisionar a mente humana no tempo sócio-econômico, no tempo administrativo, elevado ao estatuto de uma realidade metafísica" e notamos uma inversão total de percepção da natureza onde no topo repousam os dizeres sagrados do lucro, do consumismo e da anti-religiosidade.

Em oposição a isto prosperam sentimentos anti-desenvolventistas – alegando-se – ambientais. Nossas hordas juvenis os seguem religiosamente.

Urge que nos atentemos aos poderes que os globalistas questionam para si e reavaliemos nossas bandeiras e para quem servem verdadeiramente.

Por fim, é notória a fragmentação do território brasileiro, como se verificou com mapas e dados da Embrapa, que se agiganta à medida que dividimos o Brasil em tribos indígenas, quilombolas e toda sorte de fragmentação territorial como se discutiu neste trabalho.

O Brasil tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados ou 9 500 000 hectares.

Deste território, 13% é Reserva Indígena. Além do trabalho de Evaristo de Miranda é a própria Fundação Nacional do Índio, a FUNAI⁶, quem afirma.

⁶<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Pode-se conferir no site da FUNAI os dados quanto às áreas de Reserva Indígena no Brasil que chegam a 13 % do território brasileiro. Acesso em março de 2016.

⁷<http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/localizacao-e-extensao-das-tis> Em relação às Terras Indígenas Brasileiras o Instituto Sócio-Ambiental traz a quantidade de reservas. Acesso em março de 2016.

Além disso, o Instituto Sócio-Ambiental também mapeou as Reservas Indígenas⁷.

As Reservas Ambientais são mais difíceis de mensurar, há muita confusão entre dados de ONGs ambientais e do Ministério do Meio Ambiente. Entretanto, o trabalho de Miranda seja exímio.

Além disso, as reservas das florestas são complexas, pois há Reserva Florestal, Área de Preservação Permanente, Reservas Legais, Parques Ecológicos etc. e em várias instâncias: Federal, Estadual e Municipal. Esta natureza complexa e em diversas instâncias dificultam o mapeamento das Reservas Ambientais⁸.

Conforme reportagem⁹ as áreas federais somam 9%, enquanto as estaduais seriam 4%, se somarmos teríamos 13% do território brasileiro. Se somarmos as ambientais e indígenas teríamos 26%, quase 1/3 do Brasil, esta área é equivalente a Europa Ocidental⁹.

Estima-se que 1% do território brasileiro seja Reserva Quilombola. E nos últimos anos o discurso racial ganhou voz e eco resultando em novos processos de fragmentação em Reservas Quilombolas.

Conclui-se que enquanto há debates aparentemente isentos sobre as questões ambientais, indígenas e quilombolas – racial-tribal – o Brasil já não tem soberano direito sobre seu território nacional e exerce soberania relativa em relação a tais áreas.

Em relação a outros países e suas reservas o Brasil é o que maiores áreas têm destinadas a reservas, pois “no conjunto, mais de 290 milhões de hectares, 34% do território nacional, estão atribuídos” a algum tipo de reserva (MIRANDA, 2014). Em outras palavras, 1/3 do território nacional está engessado ao desenvolvimento do Brasil.

⁸<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/reservas-ambientais-no-brasil-conheca-as-areas-de-preservacao-previstas-em-lei.htm>. Segundo se levanta o Brasil teria 13% do território em Reservas Ambientais totalizando quase um terço do país em reservas ambientais e indígenas. É muita área engessada. Acesso em março de 2016.

⁹http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. O instituto Zumbi dos Palmares mapeia as Reservas Quilombolas e afirma que quase 1% do território nacional é de Reservas Quilombolas. Acesso em março de 2016.

Constata-se em gráfico feito pelo Embrapa na figura 5:

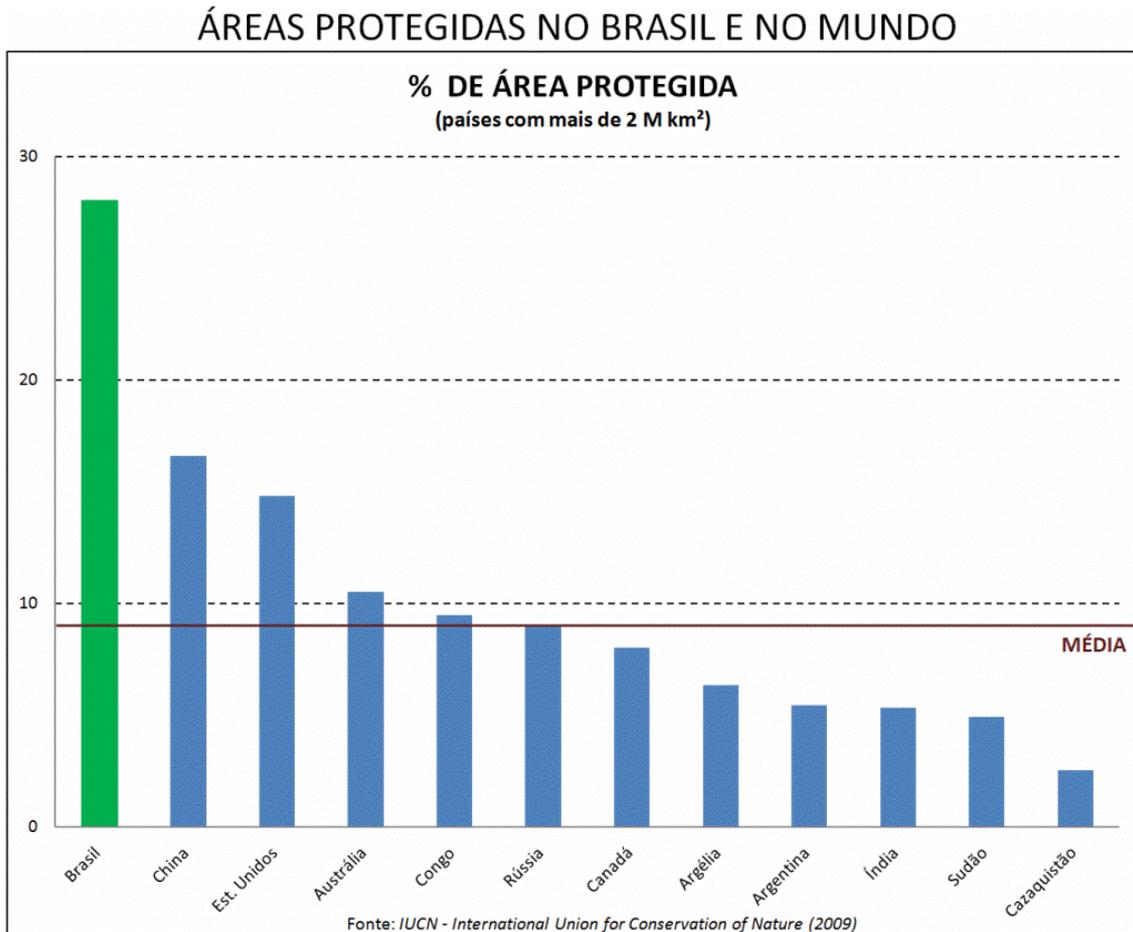


Figura 5. Áreas protegidas em Percentagem nos Países com mais de 2 Milhões de km².(Fonte: MIRANDA, 2014).

China e Estados Unidos são maiores que o Brasil, bem como a Rússia e Canadá, porém nenhum deles apresenta tão grandes áreas de seus países engessadas e sob o julgo de ONGs estrangeiras. Ademais, estão menos sujeitos a eventuais sanções da ONU no quesito ambiental.

7. Bibliografia

ALEXANDER, Ralph B. *"Aquecimento Global. Alarme Falso"*. Editora Gryphus, Rio de Janeiro, 2010.

AB' SÁBER, Aziz. *Os Domínios de Natureza no Brasil*. Atelie Editorial, São Paulo, 2010.
BARRETO, Carlos A. L. Menna. *"A Farsa Ianomâmi"*, Editora Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1995.

BARRETO, Nelson Ramos. *"Agropecuária: Atividade de Alto Risco"*. Editora Artepress, São Paulo, 2009.

BARRETO, Nelson Ramos. *"Revolução Quilombola: Guerra Racial, Confisco Agrário e Urbano Coletivismo"*. Editora Artepress, São Paulo, 2009.

BERNADIN, Pascal. *"O Imério Ecológico"*. Editora Vide Editorial, São Paulo, 2015.

BERNADIN, Pascal. *"Maquiavel Pedagogo ou o Ministério da Reforma Psicológica"*. Editora Vide Editorial, São Paulo, 2013.

BRAGANÇA, Dom Bertrand de Orleans e. *"Psicose Ambientalista: Os bastidores do Ecoterrorismo para Implantar uma 'Religião' Ecológica, Igualitária e Anticristã"* Editora Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, São Paulo, 2012.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BOFF, Leonardo; CAPRA, F. *"O Tao da Libertação"*, Editora Vozes, 2010, São Paulo.

CARRASCO, Lourenço. *"Máfia Verde – O Ambientalismo a Serviço do Governo Mundial"*. Editora Capax Dei, Rio de Janeiro, 2001.

CARVALHO, Olavo de. *"O Mínimo que Você Precisa Saber para não Ser um Idiota"*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, Olavo de. *"ANova Era e a Revolução Cultural. Fritjof Capra e Antonio Gramsci"*. Editora Vide Editorial, Campinas – SP, 2014.

CARVALHO, Olavo de. *"O Jardim das Aflições"*. Editora É Realizações, São Paulo, 2010.

DEWAR, Elaine. *Uma Demão de Verde*. Editora Capax Dei, Rio de Janeiro, 2008.
ESTULIN, Daniel. *"A Verdadeira História do Clube Bilderberg"*. Editora Planeta, Barcelona, 2005.

ELIADE, Mircea. *"O Sagrado e o Profano"*. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2013.

GOLISZEK, Andrew. *"Cobaias Humanas"*. Ediouro, Rio de Janeiro, 2004.

GRAZIANO, Xico. *"O Carma da Terra"*. A Girafa Editora LTDA, São Paulo, 2003.

KLAUS, Vaclav. *"Planeta azul em Algemas Verdes. O que está correndo perigo: o clima ou a liberdade?"*. Editora DVS Editora, São Paulo, 2010.

LAROUCHE, Lyndon. *"A perversão de Bertrand Russel e H.G.Wells. O Governo Mundial"*. Editora Solidariedade Íbero-Americana, Rio de Janeiro, 1999.

- LINO, Geraldo Luis. *"A Hora das Hidrovias. Estradas para o futuro do Brasil"*. Editora Capax Dei, 2008.
- LINO, Geraldo Luis. *"A Fraude do Aquecimento Global. Como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial"*. Editora Capax Dei, Rio de Janeiro, 2009.
- LINO, Geraldo Luis. *"Máfia Verde II – Ambientalismo, Novo Colonialismo"*. Editora Capax Dei, Rio de Janeiro, 2005.
- LINO, Geraldo Luis. *"Hora das Hidrovias: Estradas para o Futuro do Brasil"*. Editora Capax Dei, Rio de Janeiro, 2008.
- MARUYAMA, Shigenori. *"Aquecimento Global?"* Editora Oficina de Textos, São Paulo, 2009.
- MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*; São Paulo, Hucitec, 1987.
- NASR, SeyyedHossein. *"O Homem e a Natureza. Espírito e Matéria"* Editora Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *"Reforma Agrária. Questão de Consciência."* Editora Artpress, São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *"Tribalismo Indígena: Ideal Comuno-Missionário para o Brasil no Século XX"*. Editora Artpress, São Paulo, 2008.
- PAOLA, Heitor de. *"O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial"*. Editora É Realizações, São Paulo, 2008.
- PEREIRA, Carlos Patricio F. *"Geopolítica e o futuro do Brasil. Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sul-Americana,"* Editora Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. *"O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil"*. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.
- SANTOS, Milton. *"Técnica, espaço e tempo."* Edusp, São Paulo, 1996.
- SANAHUJA, Juan Claudio. *"Poder Global e Religião Universal"*. Editora Ecclesiae, São Paulo, 2012.
- SCRUTON, Roger. *"Como ser um Conservador"*. Editora Record, São Paulo, 2015.
- THOMAS, Keith. *"O Homem e o Espaço Natural: Mudanças de Atitude em Relação às Plantas e aos Animais."* Editora Cia das Letras, São Paulo, 2010.
- UNESCO, 1991, Interview Jacques-Yves Cousteaus. In: The UNESCO Courier: Environment and Development - A Global Commitment, November, p.8-13, 1991
- VOEGELIN, Eric. *"Reflexões Bibliográficas"* Editora É Realizações, São Paulo, 2008.

Sites, referências. Todos acessados entre os dias 05-12 de 2015 e

28-04 de 2016:

<http://www.pco.org.br/nacional/h-100-mil-ongs-estrangeiras-atuando-na-amaznia-sob-o-governo-lula/yas,s.html>

<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL424386-5601,00-DEFESA+QUER+CONTROLAR+TRABALHO+DE+ONGS+NA+AMAZONIA.html>

<http://www.ecodebate.com.br/2012/06/20/progresso-humano-e-regresso-ambiental-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ongs-so-atuarao-na-amazonia-com-autorizacao-expressa-da-defesa,161954>

<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/a-histeria-dos-melancias/>

<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>
<http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/localizacao-e-extensao-das-tis>

<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/reservas-ambientais-no-brasil-conheca-as-areas-de-preservacao-previstas-em-lei.htm>

http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

<http://www.zebeto.com.br/o-que-marina-disse/#.VvrvA26LVIQ>

<http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2012/05/04/movimento-veta-dilma-sobre-o-codigo-florestal-ganha-as-redes-sociais.htm>

<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Veta-tudo-Dilma/>

<http://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-geral/143676-sem-medo-da-verdade.html#.VyDTsNQrLce>